



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

RAFAELA SILVA ARAÚJO

**SUJEITOS E DISPOSITIVOS DE DISCIPLINAMENTO NO
COTIDIANO DA ESCOLA**

**LAVRAS - MG
2026**

RAFAELA SILVA ARAÚJO

SUJEITOS E DISPOSITIVOS DE DISCIPLINAMENTO NO COTIDIANO DA ESCOLA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Carlos Betlinski

Orientador (a)

LAVRAS – MG

2026

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Araújo, Rafaela Silva.

Sujeitos e dispositivos de disciplinamento no cotidiano da escola / Rafaela Silva
Araújo. - 2026.
97 p.

Orientador: Carlos Betlinski

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2026.
Bibliografia.

1. Relações de poder. 2. Disciplinamento na Escola. 3. Normatização. I. Betlinski,
Carlos. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

RAFAELA SILVA ARAÚJO

**SUJEITOS E DISPOSITIVOS DE DISCIPLINAMENTO NO COTIDIANO DA
ESCOLA**

SUBJECTS AND DISCIPLINARY DEVICES IN THE DAILY LIFE OF SCHOOLS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

Dr. (a) Allan Da Silva Coelho (USF)

Dr. (a) Alexandre Filordi de Carvalho (DCH/FAELCH)

Prof. Dr. Carlos Betlinski

Orientador

LAVRAS – MG

2026

“Dedico esta dissertação a Deus e a Nossa senhora,
os quais me deram força, coragem e sabedoria, pois
sem eles eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA), que fez parte de toda a minha formação acadêmica, desde a graduação. Se não fosse pelo Ensino Público, certamente eu não estaria onde estou hoje. Minha gratidão também se estende ao meu orientador e querido professor Carlos Betlinski, que me acompanhou nessa jornada. Sua orientação e apoio foram fundamentais para o meu crescimento e para a realização deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer à minha família, em especial aos meus pais, Israel Abílio Dias de Araújo e Antônia Donizete Silva Araújo as minhas irmãs, Taisa Silva Araújo e Naiara Silva Araújo. Mesmo tendo saído de casa muito jovem para seguir meus sonhos, vocês sempre me ampararam e me incentivaram a nunca desistir. Sei que se orgulham de mim, e isso me motiva a continuar sempre em busca do meu melhor.

Ao meu filho amado, Gustavo Silva Araújo, que é meu esteio e minha fonte de amor e alegria, o que me motiva a continuar e nunca desistir todos dias.

E, claro, não posso esquecer da pessoa que estive em toda a minha vida durante todo esse processo, Claiton Cabral, meu esposo, compartilhamos anseios, lutas, lágrimas e conquistas, e você sempre estive ao meu lado, entendendo exatamente o que passei para chegar até aqui, seu amor e cuidado foram essenciais para mim.

Também agradeço imensamente aos professores que, gentilmente, aceitaram participar da qualificação e da banca e que se disponibilizaram prontamente a contribuir significativamente com este trabalho.

Suas contribuições foram essenciais para o aprimoramento deste estudo. Em resumo, minha jornada até aqui não teria sido possível sem o apoio, o amor e o empenho de todas essas pessoas especiais em minha vida. A todos vocês, minha profunda gratidão. Cada um teve um papel fundamental em minha trajetória, e sou eternamente grata por tudo que fizeram por mim.

Gratidão.

*Quanto à sua função, o poder de punir não é
essencialmente diferente do de curar ou educar.
(Michel Foucault)*

RESUMO

Pretendeu-se, nesta investigação, analisar os sujeitos que produzem o cotidiano escolar e entender como se dão os processos de disciplinamento. Partindo-se desta premissa, esta dissertação adota como objetivo geral: analisar o comportamento de estudantes no contexto das relações de poder na instituição escolar. Objetivos específicos: Identificar as principais formas de manifestações das relações poder entre estudantes e professores, investigar como a norma influencia no comportamento dos estudantes e analisar o impacto das relações de poder na construção da identidade estudantil, avaliar o papel das práticas pedagógicas e administrativas na instituição escolar, alargando as margens do entendimento sobre a temática. Para tal, este relatório de pesquisa, organizou-se por meio da produção de dois artigos e um produto educacional. O primeiro artigo é constituído pelo referencial teórico onde é realizada uma discussão ancorada nas obras de Foucault, oferecendo valiosos insights sobre os processos de subjetivação, permitindo uma análise mais abrangente e rica das dinâmicas de poder no ambiente escolar. O segundo artigo é constituído de pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com coleta de dados em três escolas do Sul de Minas Gerais. Para tal, foi aplicado um questionário contendo vinte e quatro questões estruturadas. Participaram 60 alunos de três escolas estaduais, totalizando uma média de 20 alunos por escola, onde foi realizada uma discussão que buscou compreender e identificar os processos de disciplinamento existentes nas instituições escolares. Para o tratamento dos resultados recorreremos às regras apresentadas por Bardin. Dentro desta analítica, detalhamos as relações de poder existentes nas referidas escolas, pontuando e descrevendo os dispositivos e constitutivos de subjetividades. A pesquisa realizada se justifica, pela necessidade de entender como se comportam e se relacionam os sujeitos que compõe a escola (alunos, professores, supervisão e direção) a as relações entre eles, buscando discussões, para a percepção de sua importância para relações nos processos de socialização do saber, valores éticos e políticos aos estudantes. Na terceira parte, apresentamos um produto educacional, que se trata de uma proposta de formação para equipe pedagógica escolar, baseada na concepção foucaultiana um guia metodológico oficina de formação docente intitulada: “Poder, diálogo e prática pedagógica”. Este Produto educacional é voltado para docentes, especialistas e gestores escolares. foi elaborado com o propósito de fomentar reflexões críticas e colaborativas sobre as relações de poder presentes no cotidiano escolar e suas implicações na construção das práticas pedagógicas. Este guia propõe-se a ser um instrumento de diálogo, partilha de saberes e ressignificação da docência como ato político, ético e transformador. A

falta de formação relacionada a esta temática, muitas vezes gera reprodução social, que causa preconceito de classe; gênero, relação de opressão e autoritarismo. Estas são, portanto, proposições que perpassam o desenvolvimento desta pesquisa e, esperamos contribuir para o conhecimento sobre a instituição escolar e sua função formativa e política na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Relações de poder; Disciplinamento na Escola; Normatização.

ABSTRACT

The aim was to investigate and analyze the issues that arise in the daily life of the school and to understand how disciplinary processes occur. Based on this premise, this dissertation adopts the general objective of analyzing student behavior within the context of power relations in the school institution. Specific objectives include: identifying the main forms of manifestation of power relations between students and teachers; investigating how norms influence student behavior; analyzing the impact of power relations on the construction of student identity; and evaluating the role of pedagogical and administrative practices in the school institution, broadening the understanding of the subject. To this end, this research is specified through the production of two articles and an educational product. The first article consists of the theoretical framework, where a discussion anchored in the works of Foucault is carried out, offering valuable insights into the processes of subjectivation, allowing for a more comprehensive and rich analysis of power dynamics in the school environment. The second article consists of exploratory qualitative research, with data collected in three schools in southern Minas Gerais. A questionnaire containing twenty-four structured questions was used. Sixty students from three state schools participated, totaling an average of 20 students per school. A discussion was held to understand and identify the disciplinary processes existing in the school institutions. For the analysis of the results, we will use the rules presented by Bardin. Within this analytical framework, we detail the power relations existing in the aforementioned schools, highlighting and describing the devices and constituents of subjectivities. This research is justified by the need to understand how the subjects that make up the school (students, teachers, supervision, and administration) behave and relate to each other, seeking discussions to perceive their importance in the processes of socialization of knowledge, ethical and political values for students. In the third part, we present an educational product, which is a training proposal for

the school's pedagogical team, based on the concept This educational product, a methodological guide for a teacher training workshop entitled "Power, Dialogue, and Pedagogical Practice," is aimed at teachers, specialists, and school administrators. It was developed to foster critical and collaborative reflections on power relations present in daily school life and their implications for the construction of pedagogical practices. This guide proposes to be an instrument for dialogue, knowledge sharing, and the re-signification of teaching as a political, ethical, and transformative act. The lack of training related to this theme often generates social reproduction, which causes class prejudice, gender bias, oppressive relationships, and authoritarianism. These are, therefore, propositions that permeate the development of this research, and we hope to contribute to knowledge about the school institution and its formative and political function in contemporary society.

Keywords: Power relations; Disciplining in School; Standardization

INDICADORES DE IMPACTO

Ao analisarmos os impactos sociais, tecnológicos, econômicos e/ou culturais, percebemos que o presente estudo promove a possibilidade de reconfiguração do papel do professor, pois, a partir de Foucault, o professor pode ser visto não apenas como transmissor de conhecimento, mas como sujeito em constante que também cuida de si para cuidar do outro. Isso valoriza práticas de autoconhecimento, autonomia e resistência às normatizações excessivas (como avaliações padronizadas e controle institucional rígido). Foucault questiona o modo como o poder opera sobre os corpos e as subjetividades. Sendo assim, o presente estudo sugere a promoção da ética e da subjetividade na instituição escolar, através de uma proposta para professores, que implica refletir sobre como seus modos de vida impactam sua atuação profissional e a formação dos estudantes. Este trabalho também promove o resgate da cultura como prática de liberdade, devendo a educação ser compreendida não como reprodução cultural, mas como espaço de criação de novas formas de ser e viver, desafiando padrões normativos. Incentivando as escolas a pensarem menos em padronizações e mais em culturas institucionais de cuidado, escuta e diálogo. No processo de desenvolvimento da pesquisa entrevistamos uma média de 60 alunos em 3 escolas públicas de Ensino Médio do Sul de Minas Gerais, e com base em seus resultados, promoveu um produto educacional, que se trata de uma proposta de formação para equipe pedagógica escolar, baseada na concepção foucaultiana um guia metodológico oficina de formação docente intitulada: “Poder, diálogo e prática pedagógica”. Este produto educacional é voltado para docentes, especialistas e gestores escolares. foi elaborado com o propósito de fomentar reflexões críticas e colaborativas sobre as relações de poder presentes no cotidiano escolar e suas implicações na construção das práticas pedagógicas. Este guia propõe-se a ser um instrumento de diálogo, partilha de saberes e ressignificação da docência como ato político, ético e transformador. A quinta temática da Política Nacional de Extensão da UFLA, é Educação, portanto foi a temática escolhida para o trabalho no qual nos propomos em realizar. Os produtos desta pesquisa estão alinhados com objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que se trata da Educação de qualidade, garantindo que todos os jovens possam ter uma educação formal que garanta o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desestabilizando práticas cristalizadas, abrindo espaço para novas formas de pensar o docente como alguém que se cuida, se forma e transforma o mundo ao seu redor. Esse movimento tem potencial transformador, sobretudo em tempos de precarização do trabalho e adoecimento docente.

IMPACT INDICATORS

When analyzing the social, technological, economic, and/or cultural impacts, we realize that this study promotes the possibility of reconfiguring the role of the teacher. Following Foucault, the teacher can be seen not only as a transmitter of knowledge, but as a subject in constant evolution who also cares for themselves in order to care for others. This values practices of self-knowledge, autonomy, and resistance to excessive normalization (such as standardized assessments and rigid institutional control). Foucault questions how power operates on bodies and subjectivities. Therefore, this study suggests promoting ethics and subjectivity within the school institution through a proposal for teachers that involves reflecting on how their lifestyles impact their professional performance and the education of students. This work also promotes the recovery of culture as a practice of freedom, with education being understood not as cultural reproduction, but as a space for creating new ways of being and living, challenging normative patterns. It encourages schools to think less about standardization and more about cultures. This dissertation examines institutional frameworks of care, listening, and dialogue. It interviewed an average of 60 students from three public high schools in southern Minas Gerais, and based on the results, developed an educational product: a training proposal for school pedagogical teams, based on Foucault's conception, a methodological guide for a teacher training workshop entitled: "Power, Dialogue, and Pedagogical Practice." This educational product is aimed at teachers, specialists, and school administrators. It was developed to foster critical and collaborative reflections on power relations present in daily school life and their implications for the construction of pedagogical practices. This guide aims to be an instrument for dialogue, knowledge sharing, and the re-signification of teaching as a political, ethical, and transformative act. The fifth theme of the UFLA National Extension Policy is Education; therefore, it was the theme chosen for the work we propose to carry out. The products of this research are aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations (UN) that it is about quality education, ensuring that all young people can have a formal education that guarantees the development of individual potential, destabilizing crystallized practices, opening space for new ways of thinking about the teacher as someone who takes care of themselves, trains themselves and transforms the world around them. This movement has transformative potential, especially in times of precarious work and teacher illness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	15
	ARTIGO 1- TÍTULO - SUJEITOS E DISPOSITIVOS DE DISCIPLINAMENTO NO COTIDIANO DA ESCOLA	19
1	INTRODUÇÃO.....	20
2	PODER DISCIPLINAR E SUBJETIVAÇÃO NA ESCOLA.....	22
3	ESTRATÉGIAS DE DISCIPLINAMENTO.....	26
3.1	HIERARQUIA	27
3.2	EXAME.....	29
3.3	CONTROLE DO TEMPO.....	30
3.4	CONTROLE DA ATIVIDADE.....	33
3.5	VIGILÂNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL	35
4	NORMATIVA DO SABER.....	38
5	O PODER PRODUZ SUJEITOS, COMPORTAMENTOS E SABERES.....	40
5.1	PODER QUE PRODUZ E NÃO REPRIME.....	42
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS.....	45
	ARTIGO 2 – RELAÇÕES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	48
1	INTRODUÇÃO.....	49
2	DISPOSITIVOS DISCIPLINARES NA ÓTICA FOUCAULT	51
2.1	Sanção norma.....	53
2.2	Controle das atividades.....	54
2.3	Vigilância	56
2.4	Os corpos no espaço.....	59
2.5	Exame.....	61
3	RELAÇÕES DE PODER NO AMBIENTE ESCOLAR	64
4	SABERES E HOMONEGEIDADE.....	68
5	CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR.....	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS.....	75
	ANEXO A- ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	77
	PRODUTO EDUCACIONAL	83

PREÂMBULO

Início afirmando que minha trajetória profissional e pessoal foi determinante para que eu me aproximasse e passasse a investigar essa temática. Sou professora de Educação Física, atualmente exerço a função de diretora em uma escola estadual no município de Coqueiral-MG e sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação. Movida pelas inquietações que atravessam minha prática, decidi me aventurar por esse campo de estudo que aprincípio é mais associado à área da Filosofia.

A pretensão de querer desbravar e compreender um pouco mais sobre esse assunto, proposto no âmbito escolar e as relações de poder. Meu trabalho se propõe a investigar os Sujeitos e dispositivos de disciplinamento no cotidiano da escola, pois se direciona para questões ligadas às percepções de docentes e de discentes e os dispositivos disciplinares. Enquanto diretora escolar, considero super relevante essa temática para o meu trabalho e para minha equipe, pois necessitamos analisar nossas relações no dia a dia escolar.

A escola ocupa um papel de grande relevância, o professor/equipe pedagógica são capazes de conquistar a confiança e a empatia dos alunos, por convivermos com eles durante um período significativo de tempo, criamos vínculos afetivos e educativos que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes. Como qualquer projeto, ele foi repensado e reescrito inúmeras vezes. Principalmente no tocante ao Produto Educacional que gostaríamos de propor. Além do mais, resolvemos organizar o texto da dissertação em forma de artigos para que atingíssemos os objetivos e abordássemos todos os temas de pesquisa.

Foi uma experiência ímpar, aprofundar os estudos nessa temática, mas de grande relevância, pois estava pesquisando algo significativo ao meu fazer enquanto diretora ampliando olhares para o ser docente a equipe pedagógica escolar. Espero veemente que a minha pesquisa possa contribuir ainda mais para uma educação transformadora que impacte positivamente a vida dos estudantes e promova mudanças significativas no contexto educacional.

1 INTRODUÇÃO GERAL

A partir dos séculos XVII e XVIII, houve um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder. As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local – mas instauraram o que se poderia chamar uma nova "economia" do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e "individualizada" em todo o corpo social. Foucault em suas obras nos revela um novo poder de julgar uma genealogia do atual complexo científico-judiciário na qual o poder de punir pela disciplina vigilante se apoia recebe suas justificações e suas regras estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade, sendo assim, o filósofo coloca a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do ser humano.

Mediante a amplitude dessa temática, percebe-se que durante a época clássica uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (Foucault, p.163, 1999).

A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (Foucault, p.164, 1999).

As relações construídas nas escolas revelam um modelo pedagógico instituído que permite efetuar vigilância constante. Nos diversos segmentos – instituição/gestão, gestão/professores/outras profissionais, professores/alunos, reforça-se o papel da escola como instituição disciplinar formadora o que contraria o ideal de escola formadora de (sujeitos) críticos, autônomos e livres, fartamente encontrado nas teorias da educação, leis e diretrizes. Desse modo, a estrutura escolar legitima o poder de punir que passa a ser visto como natural.

Ao ater-nos a esse horizonte, as análises que propomos fazer dispõem-se a introduzir e identificar a história das ideias os acontecimentos e comportamentos nos ambientes escolares de forma que permita reconhecer as representações que possam existir atrás dos discursos conceber relações e teorias.

A educação segue linhas que são marcadas pelas distâncias pelas oposições e pelas lutas sociais. Os sistemas de educação são traçados por política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que esses trazem consigo.

As Instituições tendem a estabelecer a prescrição de comportamentos humanos estabelecidos homogêneo, vigilância constante dos escolares, evidenciando os modelos de coerção disciplinar. Com isso, através deste trabalho buscamos compreender como são os comportamentos lidos como indisciplinados que muitas vezes são classificados como contrários à lógica escolar ou à escola enquanto instituição.

Foucault busca em sua vigiar e punir (1986), compreender os corpos que venham a ser manipulados, modelados, treinados para se tornarem hábeis dentro de uma instituição. Dessa forma, verificamos como a escola desde seu surgimento enquanto instituição buscou adestrar os diferentes corpos dos sujeitos.

A escola pública brasileira encontra-se inserida em torno de práticas de violências múltiplas vivenciadas e muitas vezes naturalizadas no cotidiano dos escolares. A falta de mecanismos e técnicas que visualizem os conflitos escolares em suas complexidades como as causas e possíveis prevenções dos problemas escolares são vividos em torno de aulas realizadas de forma mecânica a indisciplina dos alunos e relações autoritárias de poder. Existe um ideário de que os alunos precisam ser extremamente disciplinados para que o trabalho docente flua tranquilamente concepção esta que está arraigada na compreensão que todos temos de escola e da finalidade da educação escolar.

Os sujeitos que fazem o cotidiano da escola: educadores, alunos, familiares, gestão pedagógica e administrativa, funcionários técnico-administrativos, secretária, bibliotecária, auxiliares de serviços gerais, o contexto histórico, social, econômico e cultural em que o estabelecimento de ensino está situado, trazem para o interior da escola os significados (conflitos, disputas, embates, alianças) por eles tecidos a partir de suas histórias individuais e/ou coletivas e que dão vida à cultura da escola.

Norteando as discussões propostas e partindo dos estudos foucaultianos, esta pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento de estudantes no contexto das relações de poder na instituição escolar, buscando identificar as principais formas de manifestações das relações poder entre estudantes e professores, investigar como a norma influencia no comportamento dos estudantes e analisar o impacto das relações de poder na construção da identidade

estudantil, avaliando o papel das práticas pedagógicas e administrativas na instituição escolar, alargando as margens do entendimento sobre a temática.

Estas são portanto, as premissas que norteiam o desenvolvimento deste trabalho. Sendo assim, realizou-se uma análise dos dispositivos disciplinares nas instituições escolares sob a ótica Foucaultiana, evidenciando as dimensões expostas canalizando as informações com vertentes transversais existentes neste contexto.

Além da relevância teórica das discussões em torno da questão, objetivou-se também identificar a incidência de processos de subjetivização dentro da escola, procurou-se analisar os dispositivos utilizados pela equipe pedagógica/professores para esse fim, bem como identificar os principais atores envolvidos nessa prática. Pretendeu-se explorar o objeto de estudo entre teoria e prática, ideologias neoliberais, o discurso pedagógico tradicional, entre outros fatores, que toma forma e influenciam nas relações construídas nas escolas, em diversos níveis – gestão/alunos, outros profissionais/ alunos, professores/alunos, na busca de desvelar se a escola é de fato escola dispositivo de disciplinamento ou subjetivação libertadora.

O controle dos corpos dentro da instituição escolar é problemático particularmente no que diz respeito à sua disciplina corporal. Na sala de aula, nas filas para merenda, dificilmente os alunos conseguem manter o corpo físico parado. A direção da escola, supervisão e professores, monitoram o tempo todo, sugerindo que alunos estão sempre em busca de causar a (des)ordem dentro da escola e conseqüentemente, essa desordem prejudicaria a aquisição e o desenvolvimento do conhecimento transmitido.

Realizou-se a apropriação/compreensão teórico/conceitual nas obras de Foucault, ancorados nas obras: Vigiar e punir, Microfísica do poder, entre outras, buscando entender o disciplinamento como forma de exercício de relações de poder e identificar mecanismos /dispositivos das relações (normas, discursos, controle dos corpos, controle das atividades) dentro da instituição escolar. Abordando a importância da discussão sobre os sujeitos da escola, perfil dos alunos, professores e equipe pedagógica atrelado ao cotidiano escolar.

Aportados no referencial teórico de Foucault em suas diversas obras, vislumbraremos outros olhares e maneiras de sentir para além da lógica concreta que muitas análises estão perscrutadas nas relações entre docentes, direção e discentes escolares. Foucault era um crítico da instituição escolar, ressalta que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso.

As grandes máquinas de poder são acompanhadas de produções discursivas são instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.

Esta dissertação está organizada em dois artigos e uma proposta de produto educacional. O primeiro artigo é constituído basicamente pelo referencial teórico onde é realizada uma discussão, oferecendo valiosos insights sobre os processos de subjetivação permitindo uma análise mais abrangente e rica das dinâmicas de poder no ambiente escola. O segundo artigo é constituído síntese da pesquisa de campo com coleta de dados em três escolas do Sul de Minas Gerais. Para tal, foi disponibilizado um questionário contendo vinte e quatro questões estruturadas. Participaram 60 alunos, totalizando 20 alunos por escola, onde é realizada uma análise que busca compreender e identificar os processos de disciplinamento existentes nas instituições escolares. A terceira parte é a apresentação do produto educacional, uma proposta de formação de professores guia metodológico da oficina de formação docente “poder, diálogo e prática pedagógica”.

Com isso, acreditamos ter desenvolvido uma pesquisa que realizou o reconhecimento de mecanismos que dão sustentação ao fazer escolar nas práticas cotidianas, buscando identificar, categorizar, observar e descobrir os sujeitos que produzem o cotidiano da escola, entender e discutir de que forma acontecem as relações de poder estabelecidas e se há possibilidade de desconstrução dessas padrões normativos e modelo disciplinar dominante no ambiente escolar através de uma proposta de formação de professores e equipe pedagógica dentro desta temática.

ARTIGO 1- SUJEITOS E DISPOSITIVOS DE DISCIPLINAMENTO NO COTIDIANO DA ESCOLA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar o comportamento dos sujeitos que produzem o cotidiano da escola: processos de disciplinamento existentes, buscando especificamente investigar as formas como se configuram as relações de poder disciplinar no interior da escola na perspectiva de Michel Foucault. Pressupondo-se que nas organizações escolares ainda exista a prevalência de relações de poder disciplinares em detrimento de relações de poder de constituições de subjetividades libertadoras, pretende-se desvelar se a escola é de fato uma escola que privilegia os dispositivos de disciplinamento ou subjetivação libertadora. Assim, buscou-se entender como se comportam os sujeitos que compõe a escola e as relações de poder hierarquizadas existentes entre eles, a fim de identificarmos como acontece o processo de socialização do saber, a produção de valores éticos e a cidadania dos jovens estudantes. Para isso, foi desenvolvida numa abordagem qualitativa da pesquisa e os procedimentos para abordar o objeto investigado ocorreu por meio de revisão de literatura como ponto de partida para interpretar o cotidiano escolar à luz dos conceitos foucaultianos. Inicialmente pretendeu-se realizar a apropriação/compreensão teórico/conceitual de Foucault, enveredando-se pela ótica foucaultiana, para entender como se organiza “em uma sociedade como a nossa, a relação entre mecanismos de poder, hierarquia, controle do tempo e normativa do saber como forma de exercício de poder, mecanismos/dispositivos das relações de poder (normas, discursos, controle dos corpos, controle das atividades). Abordando a importância da discussão sobre os sujeitos da instituição escolar norteando as discussões propostas sob a ótica Foucaultiana pretendeu-se desvelar: como funcionam os dispositivos de poder incidentes nas instituições escolares, se há predominância de instituições disciplinares e hierárquicas, evidenciando processos disciplinares utilizados ou se existe subjetivação libertadora. Estas foram portanto, proposições analíticas que perpassaram o desenvolvimento desta investigação e visam contribuir para a construção de instituições escolares libertadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder; Disciplinamento na Escola; Normatização.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, temos como foco a análise do comportamento e do discurso dos sujeitos que produzem o cotidiano da escola com atenção especial para os processos de disciplinamento e de subjetivação. O problema que direcionou a investigação é: como se configuram as relações de poder disciplinar no interior da escola na perspectiva de Michel Foucault?

Na busca de desvelar se a escola é de fato uma escola que privilegia os dispositivos de disciplinamento ou subjetivação libertadora buscamos entender como se relacionam os sujeitos que compõe escola (alunos, professores, super visão e direção) e as relações de poder existentes entre eles a fim de identificarmos como acontece o processo de socialização do saber, valores éticos e cidadãos aos nossos jovens.

Sendo assim, buscamos conhecer as teorias e práticas, ideologias neoliberais, e os discursos pedagógicos tradicionais, entre outros fatores que tomam forma e influenciam nas relações construídas nas escolas em diversos níveis permitindo conhecer sobre os processos de disciplinamento ou subjetivação libertadora permeando as instituições escolares. Inicialmente, pretende-se realizar a apropriação/compreensão teórico/conceitual de Foucault. Buscando por meio de suas obras conceituar disciplinamento como forma de exercício de poder mecanismos /dispositivos das relações de poder (normas, discursos, controle dos corpos, controle das atividades).

Este estudo foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa e o procedimento para a interpretação do problema investigado foi a revisão de como ponto de partida para interpretar o cotidiano escolar à luz dos conceitos foucaultianos mais especificamente sua obra - Vigiar e Punir, Microfísica do poder, O cuidado de si, entre outras obras de Foucault e seus comentadores Carvalho, A.F , Ferraz, Ferreirinha entre outros .

Estas obras apresentam o pensamento foucaultiano, principalmente, a sociedade disciplinar. Foucault pensava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos mas impossível de se livrar das relações de poder. Pretendeu-se, com os resultados da pesquisa entender como se comportam e se relacionam os sujeitos que compõem a escola (alunos, professores, supervisão e direção) e as relações de poder existentes entre eles, buscando compreender de que forma são estabelecidas a fim de identificarmos os processos de socialização do saber, valores éticos e políticos aos nossos jovens.

Ao deter-nos na literatura de Foucault percebemos que o filósofo percorreu três caminhos interdependentes a do discurso, a do poder e a da subjetivação. Sendo assim, ancorados nos discursos da sociedade disciplinar, discutindo sobre a rotina escolar normatizadora evidenciada pelo filósofo percebemos que ainda podem ser observados nas instituições escolares mecanismos como a disposição das salas de aulas, as fileiras dispostas umas atrás das outras para o melhor controle do professor, mapas de sala elaborados pela equipe pedagógica, câmeras de vigilância o que caracteriza diferentes formas ou dispositivos de relações de poder na instituição escolar.

Norteando as discussões propostas sob a ótica foucaultiana pretendeu-se desvelar: como funcionam os mecanismos e o padrão comportamental incidentes nas instituições escolares, se há predominância de instituições disciplinares e relações de poder hierárquicas, evidenciando quais os dispositivos de poder e processos disciplinares utilizados ou se de fato existe possibilidade subjetivação libertadora dentro das instituições. Estas são portanto, interesses que perpassam o desenvolvimento deste trabalho.

Foucault era um crítico da instituição escolar, ressaltando que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso.

Como diretora de uma escola pública, que atende anos finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico profissionalizante, percebo o quanto o controle dos corpos dentro da instituição escolar é problemático particularmente no que diz respeito à sua disciplina corporal. Na sala de aula, nas filas para merenda, dificilmente os alunos conseguem manter o corpo físico parado. Todos esses movimentos são duramente criticados pelos professores, especialistas e direção da escola especialmente quando se trata de manter os alunos enfileirados. A direção da escola, supervisão e professores, monitoram o tempo todo sugerindo que alunos estão sempre em busca de causar a (des)ordem dentro da escola e consequentemente essa desordem prejudicaria a aquisição e o desenvolvimento do conhecimento transmitido.

A estrutura geral deste artigo será composta pela definição do problema investigado, desenvolvimento e fundamentação teórica, análise crítica, síntese das informações e conclusão como forma de ampliar o conhecimento sobre o fenômeno estudado. As seções estão organizadas na seguinte sequência: poder disciplinar e subjetivação na escola, estratégias de disciplinamento, hierarquia, exame, controle do tempo, controle da atividade, vigilância no sistema educacional, normativa do saber, o poder produz sujeitos comportamentos e saberes e

o poder que produz e não reprime, analisando na perspectiva de Foucault os efeitos do poder a organização dos espaços, o campo de certeza e verdade dentro destes contextos que são cada vez mais sutis o que leva a perpetuar as técnicas que mantem os sujeitos cada vez mais submissos.

2 PODER DISCIPLINAR E SUBJETIVAÇÃO NA ESCOLA

Foucault apresenta em seus estudos e pensamentos a sociedade disciplinar. Para tanto, o filósofo percorreu três domínios independentes mas sucessivas e incorporadas umas pelas outras: do discurso, do poder e da subjetivação.

O autor acreditava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos mas impossível se livrar das relações de poder. Foucault busca, em sua obra *Vigiar e Punir* (1986), compreender os corpos que venham a ser manipulados, modelados, treinados para se tornarem hábeis dentro de uma instituição. Dessa forma, verificamos como a escola desde seu surgimento enquanto instituição buscou adestrar os diferentes corpos dos sujeitos.

Para efeito didático, os estudos de Michel Foucault podem ser subdivididos em três fases: a arqueológica em que seus estudos são marcados pela análise dos discursos em seus contextos históricos; a genealógica onde temos o foco nas relações de poder por meio de um método de levantamento das histórias sobre o objeto; a fase sobre a ética em que se analisa os modos históricos da subjetividade.

Isto posto, ao estudarmos sobre a definição de poder sob a análise de Foucault podemos defini-la como : possuir força física ou moral; ter influência, direito e verdade pois existe um triângulo em que cada item mencionado (poder, direito e verdade) se encontra nos seus vértices. Nesse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir ora pelos discursos a que lhe é obrigado a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Houve, durante a época clássica uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (1986), busca estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum

das relações de poder e das relações de objeto. Ademais, podemos dizer que o corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. Desde o século XVIII, criou-se os esquemas de docilidade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.

Nisto, podemos dizer que há uma coerção ininterrupta, para Foucault os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corp, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade são o que podemos chamar as “disciplinas”. Como forma de dominação estes procedimentos servem para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico existente há muitos anos e se diferem da escravidão por não se apropriarem dos corpos e o consideram “elegante” a disciplina a qual se pregavam nos conventos, exércitos e oficinas.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (Foucault, 1999, p.163). Com isso, podemos nos referir à “mecânica do poder” que nada mais é que o domínio dos corpos alheios para que façam o que quisermos, operem com técnicas, rapidez e eficácia estabelecidas.

Neste contexto a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados o que podemos definir como corpos “dóceis”. Foucault define essa relação como o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. Estes dispositivos de poder que teve início nos quartéis e veio se alastrando para instituições escolares, conventos, espaços hospitalares, indústrias entre outros, definidas como instituições disciplinares. A disciplina utiliza diversas técnicas, procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço, especificação de um local heterogêneo, controle, dominação constante de forma que se anula a movimentação e dispersão dos estudantes no espaço escolar.

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. (Foucault, 1987, p. 169).

Parafraseando Ferreirinha, “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”. É importante destacar que para Foucault (1987, p 170), Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil.

Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (1986) nos apresenta diversas situações de quartéis, hospitais entre outras instituições disciplinares, as formas como prescrições explícitas e coercitivas introduz a dominação e os dispositivos de poder, constituindo um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina. A regulamentação imposta pelo poder é princípio da não-ociosidade impõe-se que a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização consciente do tempo ou seja, máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência. Entende-se que as crianças devem executar rapidamente as mesmas atividades, aumentando a celeridade para não perderem tempo de uma operação para outra tornando manobras excessivamente artificiais.

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica” (Foucault, 1987, p 181).

O treinamento dos escolares pode ser comparado ao dos soldados que consiste no corpo de comportamento disciplinado que deve obedecer ao que quer que lhe seja ordenado sua obediência é pronta e cega e qualquer aparência de indocilidade seria algo proibido. Assim os estudantes também devem inferir poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais — sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre ou seja, a “técnica do comando e a moral da obediência”.

Nesta linha de pensamento, pode-se dizer que a disciplina que definiríamos como “fábrica” de indivíduos é uma técnica de poder que torna os escolares objetos sendo eles instrumentos de seu exercício. Poderíamos citar como dispositivos de disciplinamento: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

Poder nada mais é que, direito e verdade, isso se dá ao fato de que para haver opressor é necessário ter o oprimido para se ter o mandante necessita-se do mandatário para se ter o persuasivo deve ter o persuadido, com isso, entende-se que há diversas ações que perfazem o poder. Ao estudar as instituições Foucault perpassa pela sociedade disciplinar, pois o autor defende que a política que as regem seria a guerra por outros meios começando pela divisão dos indivíduos pelo espaço, atribuições hierarquias, regulamento, controle, minuciosas

inspeção e horário como se fossem todos homogêneos. Na visão de Foucault o intuito dessas instituições seria o de moldar corpos dóceis e maleáveis.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e onde em troca os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (Foucault, 1987 p.196).

De acordo com Foucault, as tecnologias de poder como produtoras da subjetividade na análise arqueológica e a análise genealógica são alguns dos aspectos que podem ser utilizados para analisar a construção histórica de uma visão mecanicista e reducionista da sociedade.

Foucault ainda compara a escola como um espaço operador de adestramento ou máquina pedagógica. As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram em torno dos homens um aparelho de observação, de registro e de treinamento. Nessas máquinas de observar, como subdividir os olhares, como estabelecer entre eles escalas comunicações? Como fazer para que de sua multiplicidade calculada resulte um poder homogêneo e contínuo? (Foucault, 1987 p.198).

Em seus estudos, Fleuri nos traz que:

A disciplina distribui os indivíduos no espaço. A delimitação e a organização dos espaços no interior da instituição permitem o controle da localização e da circulação dos indivíduos. O espaço disciplinar é "analítico", porque é subdividido em compartimentos cujas funções são predefinidas. Isso permite "analisar" e controlar "automaticamente" as atividades que os indivíduos realizam. A determinação de lugares atende à necessidade não só de vigiar e de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço onde o trabalho dos indivíduos pode ser mais bem utilizado e controlado. (Fleuri, 2008, p. 4).

Com isso, diante das considerações do autor existem dois tipos de controles dos indivíduos no espaço e das atividades por eles executadas estabelecendo o que chamaríamos de correlação geral entre os indivíduos no mesmo espaço. Nas instituições disciplinares o controle das atividades é induzido pelo horário. O objetivo é obter o melhor resultado com o menor desgaste possível.

Fleuri (2008, p. 152–153) define os mecanismos de disciplinamento em quatro partes:

Primeiro, "duração em segmentos" sucessivos ou paralelos. Segundo, as sequências são organizadas como sucessão de elementos simples, combinados conforme complexidade crescente. Terceiro, os

"segmentos temporais são finalizados por uma prova". Quarto, estabelecem-se "séries temporais diferenciadas", de tal forma que se prescreve a cada indivíduo, de acordo com seu nível, sua antiguidade, seu posto, os exercícios que lhe convêm, de forma que cada indivíduo se enquadre em uma categoria.

A disciplina se constitui portanto, estratégias de exercício de poder, pois assim como no exército, fabricas, hospitais e instituições escolares existiam e ainda existem meticulosa combinação das forças, que são determinadas através de um sistema preciso de comando, que provoquem o comportamento desejado para os indivíduos, com finalidade de ótimo resultado este sistema disciplinar estabelece manobras impondo um ritmo coletivo obrigatório e adestrando os gestos individuais que identifica e classifica.

O controle dos indivíduos numa instituição disciplinar é feito mediante sua observação constante. A organização do espaço deve proporcionar a vigilância constante dos subalternos pelos superiores (Fleuri, 2008).

Segundo o autor, o organograma de uma escola é semelhante a uma pirâmide: diretor, supervisor, professores, estudantes, articulados com os auxiliares administrativos, pedagógicos e de manutenção. O sistema de vigilância estabelece relações de controle recíproco entre todos os indivíduos pertencentes a uma instituição disciplinar. Esse sistema de censura multilateral obriga todos a adaptarem-se às normas mediante a aplicação hierarquizada de sanções.

Comparam-se os mecanismos da escola com meios disciplinares penais, que qualifica e reprime e faz com que o castigo e o medo reforcem impostos por seus diligentes na tentativa de “reduzir desvios”.

3 ESTRATÉGIAS DE DISCIPLINAMENTO

Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (1986) nos apresenta que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças) (Foucault, 1987, p. 192). Foucault explica como os dispositivos disciplinares moldam os indivíduos por meio de técnicas através da individualidade disciplinar.

Celular refere-se à forma como o espaço é organizado para controlar os corpos. A disciplina requer uma distribuição precisa, pois, cada indivíduo ocupa um lugar determinado. Essa disposição permite controle, vigilância e eficiência. A parte orgânica está ligada à

organização do tempo e das ações. A disciplina determina o que deve ser feito, como deve ser feito e em que ritmo. Há uma codificação minuciosa das atividades diárias — horários, gestos, movimentos. À dimensão Genética a disciplina registra e utiliza o passado do indivíduo: suas faltas, progressos, desempenhos. Essa acumulação de tempo permite uma história do sujeito que pode ser avaliada, corrigida e medida. É uma forma de produzir uma biografia disciplinar e combinatória refere-se à capacidade da disciplina de combinar os corpos e suas forças para formar um todo eficiente — como ocorre nas fileiras militares, nas fábricas ou nas instituições escolares. A disciplina não apenas isola mas também articula os corpos para que atuem de forma coordenada e produtiva.

3.1 HIERARQUIA

O poder disciplinar através da vigilância hierárquica torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Foucault (1987), destaca a vigilância como o “observatório humano” o que seria um aparelho onde as técnicas que permitem ver e binduzam a efeitos de poder.

Ainda, nesta mesma linha de pensamento Diogo e Saito elucidam:

Um bom exemplo de como a vigilância hierárquica funciona é o modo como se organiza a escola. No topo da hierarquia escolar temos a figura do diretor, que deve vigiar e controlar detalhadamente a conduta dos funcionários, professores e alunos, sendo sucedido nesta função, respectivamente, pelo vice-diretor, o coordenador e o secretário. Na base dessa hierarquia temos os professores que devem vigiar, controlar e punir ou recompensar os alunos, que podem também controlar e vigiar os professores, podendo recorrer à direção da escola caso um professor tenha uma conduta imprópria ao seu posto e função (Diogo, Saito, 2014, p. 16).

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram em torno dos homens um aparelho de observação, de registro e de treinamento (Foucault, 1987, p 198). Os efeitos contidos nestes termos revelam em Foucault que é preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional.

Em suma, a arte de vigiar nas instituições escolares, segundo Foucault:

Temos aí o esboço de uma instituição tipo escola mútua em que estão integrados no interior de um dispositivo único três procedimentos: o ensino propriamente dito, a aquisição dos conhecimentos pelo próprio exercício da atividade pedagógica, enfim uma observação recíproca e hierarquizada. Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da

prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência (Foucault, 1987, p. 201).

Foucault evidencia a existência de uma rede que “sustenta” os efeitos de poder, perpetuando os fiscais que também são fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas funciona como uma máquina iniciada hierarquicamente pelo chefe que poderíamos comparar a figura do diretor, e assim sucessivamente supervisores que inspecionam os professores que assim devem deter o controle a vigia constante dos estudantes.

A vigilância, todavia, não se realiza apenas por força da arquitetura. Ela concretiza-se por meio de uma rede hierárquica de relações. O organograma de uma escola, por exemplo, é semelhante a uma pirâmide: diretor, supervisor, professores, estudantes, articulados com os auxiliares administrativos, pedagógicos e de manutenção. O sistema de vigilância estabelece relações de controle recíproco entre todos os indivíduos pertencentes a uma instituição disciplinar (Fleuri, 2008, p. 6).

Na perspectiva de Foucault (1987), o modelo panóptico é um dispositivo importante pois automatiza e desindividualiza o poder sendo um aparelho arquitetural, ou seja, uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce na torre central vê-se tudo, sem nunca ser visto.

O Panóptico pode até constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos. Em sua torre de controle o diretor escolar pode espionar todos inclusive professores, julgando-os continuamente, modificando seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores e ele mesmo por sua vez poderá ser facilmente observado. Sendo assim, o Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos seres humanos um aumento de saber que vem se implantar em todas as frentes do poder descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (Foucault, 1987, p. 228).

Observa-se que a torre de controle na instituição escolar se dá por meio das câmeras, dispositivos digitais, plataformas e etc.

3.2 EXAME

O exame está no centro do processo de construção da individualidade, sendo uma técnica específica do poder disciplinar que combina a sanção normalizadora com a vigilância

hierárquica de modo a documentar os indivíduos, reparti-los e classificá-los, tornando seus corpos disciplinados (dóceis e úteis) extraindo deles o máximo de aproveitamento econômico (Diogo, Saito, 2014, p16).

Em suma, podemos dizer que os mecanismos de avaliação também geram dispositivos de classificação e separação entre eles reduzindo os comportamentos a “boas e más notas”, “promoção ou reprovação”, com isso, observa-se comparações e à hierarquização entre os mesmos e a exclusão dos violadores da norma (Fleuri, 2008, p.7).

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) mostra que as instituições disciplinares comparam, diferenciam, hierarquizam, homogeneizam e excluem. Em uma palavra, normalizam o que chamaríamos de vigilância hierarquia e dispositivos normalizadores. A combinação de técnicas de vigilâncias com sanções normalizadoras é denominada: exames. Posto isso, a observação constante e a vigilância exige dos subalternos adequação às normas contudo o exame é a técnica que permite observar com rigor os subalternos (Fleuri, 2008).

Sintetizando o exame, nos dizeres de Foucault:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (Foucault, 1987, p. 209).

A partir dessas considerações podemos afirmar que a escola se torna uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. O autor sintetiza que o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre (Foucault, 1987, p. 211).

Ainda, em sua obra *Vigiar e Punir* o autor destaca que:

O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um “poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. (Foucault, 1987, p. 213).

Poderíamos dizer que se trata de uma modelação das técnicas tradicionais da documentação administrativa com algumas inovações que se referem aos métodos de

identificação, de assimilação, ou de descrição. Com isso, surge uma série de códigos da individualidade disciplinar que cria a transcrição e homogeneização através do exame. Na escola seria o código do comportamento escolar podendo ser qualitativo ou quantitativo que neste sentido marca a “formalização” do individual dentro de relações do poder.

Sendo assim, Foucault (1987) relata que o exame “aparelho de escrita” abre duas possibilidades: o indivíduo como objeto descritivo e analisável e do outro lado um “sistema comparativo” que se destina a fenômenos globais destinando-se a fatos coletivos. Com relação a esse método de dominação que é o de observado, olhado, descrito, redigido dia a dia através da escrita na visão de Foucault é uma forma de exclusão.

O indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído etc. (Foucault, 1987, p. 215). Para o autor, o exame combina vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação de extração máxima das forças e do tempo de acumulação genética contínua de composição ótima das aptidões. Ao definirmos exame – o termo de sentido amplo definido como “investigação, pesquisa, observação, análise de alguma coisa” e prova: é todo elemento pelo qual se procura mostrar a existência e a veracidade de um fato. Sua finalidade no processo é influenciar no convencimento do julgador.

3.3 CONTROLE DO TEMPO

Considerando tais análises foucaultianas, a sociedade disciplinar é marcada por relações de poder que estabelecem “corpos docilizados” a se inscreverem com o objetivo de produzir condutas adequadas aos seus desígnios, um poder que se manifesta silencioso e normativo.

O bom adestramento depende do tempo específico, o que chamaríamos de tempo disciplinar que se apresenta na forma de seriação, contagem e da harmonia de movimentos dos sujeitos.

O poder disciplinar possui toda uma rede de tecnologia para fazer andar com mais eficácia a localização exata do corpo, já que a sua forma de descobrimento é imediata e os seus mecanismos foram criados para esse fim. Cabe ressaltar como o poder penetra na vivência humana, dominando corpos, disciplinando-os e fazendo cumprir as normas que estão sendo estabelecidas a troco de algumas garantias que a própria instituição oferece, sendo que para cada instituição há uma maneira exata de recompensar ou punir qualquer corpo que venha a fazer parte de seu funcionamento. Portanto, este poder irá tratar de técnicas que coordenam, direcionam e manipulam o comportamento humano voltado para as instituições sociais, a maneira como elas normalizam

o horário, o movimento e, consequentemente os corpos no seu âmbito espaço-temporal (Alves, 2017, p.19).

Sob essa perspectiva, podemos dizer que existe um conjunto de normas e manipulações de poder que cria os mecanismos disciplinares atrelado à disciplina, sendo o seu tempo medido ou plenamente utilizado, sendo os indivíduos nada mais que “o corpo assujeitado” (Castro, 2016, p.89 apud Alves, 2017, p. 20).

O espaço e o tempo são ferramentas indispensáveis para o poder disciplinar. A disciplina organiza em ambiente analítico dominando os comportamentos dos indivíduos para posteriormente dominar e utilizar suas forças marcando lugares, indicando valores que criam uma rede de relações que classifica, cria técnicas e individualiza corpos. Sendo assim, podemos citar os espaços escolares como ambientes de controle de espaços e tempo demarcados pelo cumprimento de regras e horários. O controle do tempo dentro das instituições escolares é uma norma indispensável e estabelecida para todas as atividades realizadas pelos sujeitos tais como: horário de entrada, tempo de aula, intervalo, lanche, ir ao banheiro, tomar água, tempo para realização de exames (provas) e horário de saída da escola.

O tempo é estabelecido como item importante dentro das forças que a disciplina produz. No início do século XIX, a instituição escolar já havia proposto horário específico para cada momento tido como importante tais como: Entrada do professor, entrada dos alunos, o momento de oração, a hora exclusiva do ditado etc. (Alves, 2017, p. 26).

Nas instituições escolares é necessário que os indivíduos coloquem seu tempo à disposição da instituição, sendo isso preconizado por Foucault quando diz que preciso que o tempo dos seres humanos seja oferecido ao aparelho de produção para que o aparelho de produção possa utilizar o tempo de vida o tempo de existência e da individualidade, pois para isso e dessa forma que se exerce esse mecanismo de poder (Foucault, 1999, p.116).

Na perspectiva de Foucault (1997), esse mecanismo de controle teria como objetivo transformar o tempo do ser humano em força produtiva. Segundo o autor, o tempo penetra o corpo e com ele todos os controles minuciosos do poder são afirmados e ajustados.

O horário: é uma velha herança. As comunidades monásticas haviam sem dúvida sugerido seu modelo estrito. Ele se difundiria rapidamente. Seus três grandes processos estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais. Dentro dos antigos esquemas, as novas disciplinas não tiveram dificuldade para se abrigar; as casas de educação e os estabelecimentos de assistência prolongavam a vida e a regularidade dos conventos de que muitas vezes eram anexos (Foucault, 1997, p.175).

Durante anos as entidades religiosas, exércitos foram mestras de disciplina e atividades com regularização temporal. Na perspectiva de Foucault (1997), procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil.

Este controle do tempo que perpetua na contemporaneidade não admite desvios, qualquer brincadeira, comer, conversar, contar piadas, dormir, distrair, levantar, contar histórias, são inadmissíveis, perpetua a necessidade de um tempo sem impurezas ou defeitos, dedicado apenas aplicado ao exercício, a ordem e disciplina.

Donde o corpo e o gesto postos em correlação: o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica — uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador (Foucault, 1997, p.178).

O tempo nos seus mínimos instantes vai pouco a pouco exercendo um poder minuciosos, controlador sobre esse mesmo corpo que perpassa consequentemente a nossa visão dando-lhe um ritmo e uma direção (Alves, 2017, p. 27). Nesse sentido, quanto à utilização extrema do tempo entendemos que a disciplina procura extrair mais forças positivas do tempo pois quanto mais se produz em menor tempo dentro da instituição escolar mais eficiente, útil e precisa ela se torna.

Em suma, é proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos seres humanos; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo. Já a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis (Foucault, 1997, p.180).

Nesse contexto, as normas temporais visam acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude o que podemos chamar de técnicas de sujeição que vai aos poucos nos substituídos por corpos mecânicos.

As autoras Diogo e Saito (2014), apresentam que a disciplina atua também no controle da atividade, com o controle cada vez mais rigoroso do tempo a começar pelo estabelecimento de horários precisos para cada atividade.

Nesta mesma perspectiva Fleuri declara:

Assim, as práticas de transgressão contrariam e, ao mesmo tempo, reforçam as medidas disciplinares: os estudantes, por exemplo, que circulam entre as carteiras ou não cumprem os horários só o fazem porque o espaço é esquadrihado e horários são estabelecidos como normas. Ao serem punidos, tais comportamentos são qualificados como transgressão, reforçando o estabelecimento das normas. Mas tais medidas provocam novas reações, que podem gerar novas formas de resistência. Sujeição e transgressão, poder e resistência, portanto, só se configuram na relação recíproca, de combate e sustentação mútua (Fleuri, 2008, p. 9).

Em suma, o autor Fleuri, destaca a escassez de espaços relativamente livres o que provoca o impedimento de desenvolvimento de relações criativas e solidárias entre os educandos.

3.4 CONTROLE DA ATIVIDADE

Ao definirmos o significado de controle de acordo com o dicionário, é instituição, órgão, setor ao qual compete monitorar ou fiscalizar. Ato de dirigir qualquer atividade fiscalizando-a e orientando-a do modo mais conveniente. Controlar passou então a significar, fiscalizar, submeter ao exame, conferir, comparar, exercer ação restritiva ou de contenção.

Assim, o controle não implica, necessariamente, uma ação contínua, mas, sim e necessariamente, uma ação continuada, infinita, de registros e armazenamento. Nesse sentido, ele é o inverso da vigilância outros (Veiga-Neto, 2008, p. 5).

O autor afirma que o “controle é aquele imposto continuamente de forma intensa, ostensiva e precocemente possível, coerciva, que acaba sendo “incorporada” por aqueles que ela toma para si como objeto resultando em objetos vigiados.

Os sujeitos acabam por vigiarem a si mesmos. O controle mesmo estando a nos “ameaçar” é episódico e descontínuo no que tange à coleta, processamento e armazenamento da informação (Veiga-Neto, 2008, p. 6).

Neste sentido podemos dizer que vigilância, disciplinamento e subjetivação caminham de um lado; e controle, informação e (também) subjetivação caminham do outro lado.

Neste ponto, Veiga Neto (2008) afirma que o panoptismo realiza uma vigilância hierárquica individualizante, enquanto a máquina arquitetural do controle seria o banco de dados nos pós-moderno.

Ao pensarmos os avanços tecnológicos nas instituições através de câmeras nas salas de aulas e por toda a parte das instituições escolares percebemos a instauração dos computadores e aparelhos celulares nas instituições a fins de controle. Tudo é registrado e monitorado o sistema de lançamento de frequência, notas, matrículas. Há escolas de educação infantil em que os pais monitoram seus filhos pelo aparelho celular enquanto realizam suas atividades escolares, enquanto isso diretores e especialistas monitoram alunos e professores pelas câmeras e as secretárias de educação monitoram as instituições escolares diretores e secretários através de sistemas de monitoramento e programas de computadores.

Não quer dizer que o controle é algo novo e que os dispositivos de disciplinamento irão desaparecer, o que autores contextualizam é que estamos mudando de ênfase sendo que a ordem disciplinar por questões de segurança está sendo substituída por técnicas de controle. Há um novo modelo de vigilância pautado em registro de informações de nossas ações através de um banco de dados.

Não podemos naturalizar a educação escolar as lógicas disciplinares, o controle conectado à fabricação do sujeito e da própria Modernidade.

Em outras palavras, Foucault chama de dispositivo a rede de relações que mantém certas práticas e correlatas instituições articuladas entre si e cuja racionalidade desempenha funções estratégicas, ou seja, funções cujo objetivo principal é fazer funcionar ou manter o poder de uns sobre os outros, a ação de uns sobre as ações dos outros (Veiga-Neto, 2008, p. 5).

É quase uma banalidade afirmar que a escola vem funcionando ao longo dos últimos quatro séculos como a mais importante instituição capaz de moldar disciplinarmente os indivíduos que ela toma para si. Posto isso, na teoria foucaultiana afirma que a instituição escolar é crucial para a instauração da sociedade disciplinar que hoje conhecemos, ou seja, aprendemos a ser disciplinares graças à maquinaria escolar.

Nessas novas sociedades, proliferam vários sistemas de controle interconectáveis cuja existência se manifesta materialmente, para nós, na infinidade e redundância de relatórios, formulários, fichas, senhas de acesso hierarquizadas, cartões, cadastros, portfolios, registros (em bancos de dados) e uma infinidade de outros documentos. Todos eles, facilitados e barateados graças aos recursos da telemática, abatem-se sobre nós, roubam nosso tempo e nos mantêm cativos, escrutinados e acessíveis a qualquer momento outros (Veiga-Neto, 2008, p. 7).

Essa aparente transparência pode desvelar portanto, novas táticas e mecanismos de controle avaliando constantemente se aceitamos ou não a cada nova demanda. No que se refere

ao controle, podemos analisar o quanto cada um será mais dócil, disciplinado, sólido ou mais flexível, (in)controlável e líquido em relação à própria subjetividade e às exigências do sistema.

Retomando Veiga-Neto (2018), tais proliferações e invenções por sua vez, alimentam-se dos sistemas de controle interconectáveis. Uma estrutura em rede da qual presas compulsórias ninguém escapa: alunos, professores e gestores.

Podemos considerar que “Numa sociedade que se torna cada vez mais (imanentizada), crescem de importância todas as instâncias sociais que operam contínua e intimamente na produção das subjetividades” (Veiga-Neto, 2018).

3.5 VIGILÂNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL

Além da estrutura física a conduta social assumida pela escola revela a maneira como o poder circula na escola. Tais características disciplinares e estruturais remetem a um princípio arquitetônico chamado por Jeremy Bentham de panóptico como um recurso efetivo de vigilância em instituições onde pessoas são constantemente observadas por outros indivíduos como ocorre em muitas salas de aulas (Severian, 2017).

A teoria do panóptico foi elaborada por Bentham no século XVIII e ressignificada por Foucault no final do século XX. O panóptico Criado pela Revolução Francesa a partir dos anos 1770, é mais ou menos a forma do "castelo" (torre cercada de muralhas) utilizada paradoxalmente para criar um espaço de legibilidade detalhada.

Jeremy Bentham é um dos os pensadores responsáveis por sistematizar a filosofia utilitarista clássica, o utilitarismo clássico interpreta o bem-estar coletivo como a soma dos níveis de bem-estar dos indivíduos que constituem a coletividade considerada. Foucault faz uma analogia a Bentham trazendo que o filósofo coloca o problema da visibilidade mas pensando em uma visibilidade organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante. Ele faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal que agiria em proveito de um poder rigoroso e metódico.

Bentham é "arcaizante" pela importância que ele dá ao olhar; é muito moderno pela importância que dá às técnicas de poder em geral (Foucault, 1989, p. 120).

Nas técnicas de poder desenvolvidas na época moderna, o olhar teve uma grande importância:

Já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada

um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório (Foucault, 1989, p. 120).

Parafraseando Foucault, se instaura no século XVIII os movimentos e deslocamentos, as linhas e as caminhadas exigiam esse pessoal disciplinar. Depois as oficinas; as escolas também com seus mestres e professores, vigias, o mesmo problema.

Nesses temas de vigilância e particularmente de vigilância escolar, parece que os controles da sexualidade se inscrevem na arquitetura. No caso da Escola Militar a luta contra a homossexualidade e a masturbação é contada pelas próprias paredes (Foucault, 1989, p. 117),

No livro *Microfísica do Poder*, Foucault apresenta que a vigilância não era para fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem pudessem agir mal de tanto que se sentiriam mergulhadas e imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros os impediria de fazer o mal ou o nocivo (Foucault, 1989, p.19).

Foucault (1987) considera o modelo panóptico como um “laboratório de poder” em que há uma observação individual, classificação e organização da espécie comparando o homem a um animal que sob estas condições é distribuído individualmente por agrupamento específico.

O panóptico se propõe a treinar indivíduos modificar comportamentos que viabilize condutas padronizadas encaixando-se em parâmetros previamente estabelecidos pelas instituições.

Diante do exposto, nota-se que o dispositivo do panóptico correspondia a um mecanismo verossímil para se manter a vigilância, o poder e a disciplinarização nos séculos passados contudo no cenário contemporâneo a sua aplicação não se mostra tão coerente ou eficiente como Bentham havia proposto e Foucault criticado (Severian, 2017, p. 6).

Os procedimentos de vigilância adotados na escola visam moldar a conduta dos estudantes de modo que cada indivíduo sob inspeção “se comporte de maneira socialmente esperada ou desejada e que a correção ou punição, das ações sirva de exemplo para os demais” (Marques, 2013, p. 7 apud Severian, 2017, p. 7).

Foucault (1989) aponta que o panóptico de Bentham é ilusão do poder pois houve revoltas contra o olhar, gerando resistências do poder.

O modelo compacto do dispositivo disciplinar é descrito por Foucault como:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos (Foucault, 1979, p. 221)

Sobre os esquemas disciplinares, o autor ainda revela que há duas maneiras de exercer poder sobre os humanos, o de controlar suas relações e de desmanchar suas perigosas misturas.

Todos os mecanismos de poder que ainda perpetuam nos dias atuais são dispostos através da divisão constante do normal e do anormal, marcado pela existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais faz funcionar os dispositivos disciplinares para marcá-lo como para modificá-lo (Foucault, 1979, p. 223).

O Panóptico nada mais é que a fábrica de efeitos homogêneos de poder que qualquer pessoa pode vir exercer na torre central as funções de vigilância e que fazendo isso pode adivinhar a maneira como é exercida a vigilância.

Especificamente no âmbito escolar, a ascensão da sociedade de controle vem inspirando mudanças de ordem organizacional ao contemplar a dispensabilidade do confinamento dos estudantes nesses espaços franqueando possibilidades para o surgimento de metodologias educacionais e de escolas menos conservadoras e a necessidade de dar continuidade ao crescimento social e profissional por meio da formação permanente. Posto isso, desvelamos que o modelo disciplinar não se dissipou diante da sociedade de controle, pelo contrário ele continua agindo e produzindo efeitos de poder nesse meio junto com os procedimentos de controle.

Severian (2017) ressalta que os mecanismos de vigilância instaurados nas instituições escolares tendem a operar em prol da ratificação do poder nas classes.

4 A NORMATIVA DO SABER

Enquanto aparelho disciplinar, a escola também é um aparelho de transmissão de saber. E seria impensável atingir um nível tão homogêneo de sua “população”, que veio a ser conhecida por alunado, estudantes, educandos, crianças, jovens e adultos em formação sem a lógica estratégica de um saber igualmente normativo e normalizador (Carvalho, 2012, p. 4).

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da

atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (Foucault, 1997, p. 203).

Estas instituições criam dispositivos punitivos aos elementos que estão inadequados à regra, tudo o que se afasta dela os desvios merecem castigos criando uma teoria universal de comportamento. Podemos citar como desvios: a falta do aluno, uma inaptidão a cumprir suas tarefas, chegar atrasado, ir ao banheiro sem pedir ao professor são tratadas como delito menor.

Ao tentarmos definir a norma conforme Carvalho (2012), percebe-se que há duas partes desenvolvidas, de um lado os saberes que produzem valores normativos critérios científicos, teóricos, legais e discursos capazes de gerar a figura do normal pelo valor da norma: normar; e de outro lado é como se fosse um jogo de cara e coroa, o normar deduz o normal e a partir de sua emersão a norma gera processos de normalização: o anormal e o normal. E na segunda parte um problema surgirá em torno da seguinte perspectiva: saber e homogeneidade (Carvalho, 2012, p. 4).

O Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação standardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica (Foucault, 1997, p. 2008).

O poder de regulamentação obriga a homogeneidade e ao mesmo tempo individualiza permitindo medir desvios. Visto que sob a ótica de Foucault (1997), os sinais de filiação a um corpo social homogêneo têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares.

A avaliação incessante de cada indivíduo e a análise de sua conformidade mostram instituições marcadas por “regras”. Carvalho (2012) assinala que aplicações rigorosas de controle e disciplina nos impõem “a norma” que é a invenção e a aplicação tanto das técnicas quanto das tecnologias positivas de poder.

Em termos simples, a norma nada mais que é que o oposto do patológico do mórbido, da desordem e da disfunção de conduta, sendo assim a norma se apresenta como o princípio de conformidade, funcionamento adaptado e ajustado.

Trata-se, portanto de processos de normalização que partem do que se estabilizou como normal para se deduzir uma norma; quer dizer, um princípio ou prática por intermédio do qual a norma se fixa e desempenha um papel operatório focalizado nas divisões dos indivíduos que figurarão no interior de uma dada população de uma curva normal (Carvalho, 2012, p. 7).

Cabe lembrar que a punição dentro do poder disciplinar não tem a função de torturar, reprimir ou expiar, mas de ensinar, adestrar e corrigir as condutas de modo a tornar os corpos dóceis e úteis por meio de micro penalidades e exercícios (castigar é exercitar).

Com efeito, a norma permite a aplicação constante de um exame perpétuo visando a um campo de regularidade no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo para saber se está conforme à regra, à norma que definiu a sua finalidade. Dada a sua capacidade de produzir uma finalização que foi trabalhada pelas aplicações rigorosas de controle e de disciplina, a norma também institui uma referência regular com o intuito de fazer conformar a essa referência um grupo de indivíduos qualquer (Carvalho, 2012, p. 7).

A invenção da norma visa à aplicação tanto das técnicas quanto das tecnologias positivas de poder. De um lado a normação se dá por meio de todos os processos disciplinares que estão apoiados pela norma. Assim, Foucault argumentou que:

“A disciplina normaliza” porque ela “analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para serem percebidos de um lado e modificados de outro. [...] “A disciplina classifica os elementos assim percebidos em função de objetivos determinados, ou seja, como comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir. [...] Finalmente, “a disciplina fixa os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a divisão entre aqueles que serão considerados como inaptos, incapazes e os outros” (Foucault, 2004, p. 58-59).

Por essa via, é possível apreender a força onicirculante da norma. Embora seja capaz de plasmar todo tipo de processos negativos é melhor dizer excludentes, pois tanto o normal quanto o anormal se descolam um do outro sob outra perspectiva a norma se instaura também por um processo positivo que será todo aquele concernente à inclusão que ela é capaz de produzir (Carvalho, 2012, p. 8).

Por este prisma, França (2015) argumenta que a legitimação de campos como a psiquiatria e a psicologia transformam pela força do argumento de seus técnicos, o desempregado em vagabundo, o repetente em mau aluno, a prostituta em uma degenerada moral.

Tais considerações nos levam a compreender que o processo de normalização revela um modo de sujeição mediante relações de poder que produzem subjetividades alicerçadas que ao invés de garantir igualdade, produz hierarquias e segmentações.

Seguindo o pensamento de Michel Foucault, poderíamos dizer imantados pela força da mesma metáfora, que a norma seria a parte central a própria medula espinhal de onde se irradiam as relações produtivas do saber-poder das mais evidentes até as mais capilares formas de vínculos prescritivos.

Entendemos que para termos uma nova escola, devemos começar pelas normas instauradas e reproduzidas que implicam ações cuidadosas que requer a politização de espaços hierarquizados e homogeneizados. Levando isso a bom termo, segundo os pensamentos de Foucault (1997) o poder da norma funciona facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz como um imperativo útil e resultado de uma medida toda a gradação das diferenças individuais.

Tal perspectiva é de extrema valia, pois a norma antecede o direito utilizando-o como forma de legitimação não-jurídica e acabando por criar condições estratégicas que tornam indivíduos diferentes em desiguais já que estão enredados pelos processos de normalização (Foucault, 1997, p.209).

5 O PODER PRODUZ SUJEITOS, COMPORTAMENTOS E SABERES

O poder não apenas reprime o que se pode fazer, mas define o que é possível ser feito e como o sujeito se compreende a si mesmo. O poder produz sujeitos, comportamentos e saberes" reflete as ideias do filósofo francês Michel Foucault, o autor sugere que o poder não é apenas uma força repressiva que proíbe coisas, mas sim uma força produtiva que molda ativamente a sociedade e os indivíduos dentro dela.

Em diversas ocasiões Foucault tentou reconduzir a discussão sobre o tema, observando a força de atração que adjetiva o poder como instância sedutora que agrega, fabrica e transforma quem ele envolve.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT: 2003, p. 7-8).

A inversão descrita pelo filósofo em 1975 corresponde, respectivamente, à negação das ideias de que o poder: a) possa pertencer a alguém; b) é localizado em um foco de onde emana; c) subordinado ao Estado e aos seus aparelhos, age exteriormente sobre os indivíduos; d) possui uma essência qualificadora, funcionando como metafísica que coroa o(s) representante(s); e) é repressor, existindo sob a forma da violência e da ideologia; f) a lei, expressão do poder do Estado, é manifestação da paz imposta à brutalidade da guerra e sua vigência reflete a vitória da ordem sobre a desordem (Weizenmann, 2013, p.125)

Em termos foucaultianos, isso significa que o poder não existe fora das relações humanas: ele se manifesta em práticas, discursos e instituições que constroem identidades e modos de ser. É nesse sentido que Foucault fala em “produção de subjetividades” ou seja, os sujeitos não preexistem às relações de poder mas são formados nelas e por elas.

Como observa Veiga-Neto (2019, p.136), em Foucault o poder não se caracteriza por restringir o campo de ação do sujeito, mas por colocá-lo em movimento. O poder não é essencialmente repressivo, mas produtivo: ele modela condutas, orienta comportamentos e em última instância constitui a própria subjetividade. Essa concepção amplia a compreensão do poder deslocando-o da esfera da coerção para a esfera da produção onde o sujeito é continuamente fabricado pelas relações sociais, discursivas e institucionais.

No contexto escolar, essa leitura permite compreender que as práticas pedagógicas e as normas educacionais não apenas controlam, mas também produzem modos de ser aluno e ser professor configurando subjetividades que refletem as dinâmicas mais amplas de poder presentes na sociedade.

O poder é de natureza perversa: atravessa e atinge, de maneiras específicas, todos aqueles que participam de determinada relação. Não há aqueles que têm poder e aqueles que não o têm, porque o poder não se possui, somente se exerce. Logo, o poder é sempre difuso. Do outro lado, a tese de que o poder não é algo que possa estar presente ou ausente em uma relação, mas antes é um elemento constitutivo de toda e qualquer relação, dado que toda relação social sempre envolve alguma estratégia de organização das condutas daqueles que a integram. Logo, o poder é sempre relacional. (MOREIRA, 2021, p.136).

Foucault permite observar como as relações de poder afetam ao mesmo tempo dominados e dominadores, sendo assim, toda relação de poder que se estrutura como estado de dominação, aqueles que ocupam a posição de dominador jamais possuem controle completo sobre os fatores que lhes atribuem essa condição.

Em síntese, a distinção entre a concepção foucaultiana e as concepções tradicionais destacadas por Foucault (coação da conduta e repressão da

vontade) pode ser colocada nos seguintes termos. Para as concepções tradicionais, o poder sempre se exerce de maneira concentrada e instrumental, já que é exclusivo de um rol seleto de indivíduos e é mobilizado segundo seus desígnios. Para Foucault, por outro lado, o poder sempre se exerce de maneira difusa e relacional, já que invariavelmente atravessa todos os que participam de uma dada relação e se constitui como a forma mesma com que a estrutura da relação organiza a subjetividade dos sujeitos envolvidos. Poder diz respeito a circuitos de relacionamento em que sujeitos influenciam reciprocamente – porém em graus variados – as condutas uns dos outros (MOREIRA, 2021, p.138).

Veiga-Neto (2016) observa que para Foucault o poder deve ser entendido como rede de relações e não como um bem monopolizado. Trata-se de um conjunto de práticas e discursos por meio dos quais os sujeitos influenciam mutuamente as condutas uns dos outros ainda que de modo desigual. Sendo assim, todo sujeito é simultaneamente efeito e veículo do poder.

5.1 PODER QUE PRODUZ E NÃO SÓ REPRIME

A partir da análise de Michel Foucault, a escola moderna pode ser compreendida como uma das principais instituições da sociedade disciplinar na qual se moldam corpos e comportamentos por meio de técnicas de vigilância, normalização e exame. No entanto, alguns autores sugerem que vivemos uma transição para a chamada *sociedade de controle*, em que as antigas estruturas disciplinares cederam lugar a mecanismos mais sutis e contínuos de poder.

Nessa nova configuração, o controle não se dá apenas dentro dos muros institucionais mas se estende por meio de redes digitais, avaliações de desempenho e exigências de constante produtividade. A subjetividade que antes se constituía pela obediência às normas disciplinares passa a ser produzida pela lógica da performance e do autocontrole revelando uma transformação profunda na forma como o poder circula e como os indivíduos se percebem dentro da escola e da sociedade atual.

Falar em produção da subjetividade significa dizer que esta última não é entendida como origem, mas como um processo, de acordo com a configuração sócio-histórica em que se situa (Prata, 2005, p.108).

A engrenagem da escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito seja por meio das relações de poder entre professores e alunos seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber situa (Prata, 2005, p.108).

O conceito de que o poder em Foucault é "produtivo" e não apenas "repressivo" é uma ideia central do próprio filósofo desenvolvida em várias de suas obras (como *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade*).

O professor escolar muitas vezes insiste num diagnóstico da rebeldia do aluno a partir do modelo do poder disciplinar em que ele, professor, foi sujeitado. Porém, para os alunos, o professor pode aparecer como alguém desatualizado, seja em função das informações tecnológicas que eles rapidamente obtêm, ou mesmo em função da postura disciplinar creditada, em princípio, aos docentes. Talvez a forma mais apropriada de encaminharmos essa problemática seja tentando sair do discurso da “culpabilização generalizada”, entendendo que tanto os professores quanto os alunos afetam e são afetados pelo mesmo processo de mudança social. (Prata, 2005, p.114).

O poder geralmente é visto como algo que reprime e que se manifesta apenas pela negação, proibição e punição. Contrariando esta lógica, Foucault (1987) demonstra exatamente que o poder se manifesta na maioria das vezes como algo positivo ou seja, o poder quer muito mais produzir formas de vida do que as proibir. Assim, o poder objetiva produzir o homem de acordo com as linhas de forças que querem se tornar hegemônicas. Portanto, Foucault (1987) não descarta a negatividade do poder mas valoriza e enfatiza muito mais a sua positividade em relação a sua negatividade.

Sendo assim, o indivíduo só pode constituir-se como sujeito por meio das normas que o definem e o reconhecem como tal. Essas normas atuam de forma discursiva produzem categorias e identidades através do discurso (BUTLER, 1993).

Não se trata portanto, de um sujeito pré-existente que é posteriormente moldado pelas relações de poder mas de uma subjetividade que se forma no e pelo discurso. O poder nesse sentido não é meramente repressivo mas produtivo, uma vez que cria as condições de possibilidade para que determinados modos de ser, agir e pensar se tornem reconhecíveis socialmente (FOUCAULT, 1979).

Dessa forma, os processos de subjetivação implicam não apenas a interiorização das normas, mas também a possibilidade de resistência a elas. Se o sujeito é produzido pelo poder, ele também carrega em si as condições para a sua subversão, pois todo discurso normativo contém fissuras pelas quais o sujeito pode reinscrever-se e produzir novas formas de existência e identidade. Como afirma Butler (2003, p. 56), “a norma não apenas regula mas produz os sujeitos que pretende governar”, o que significa que ao mesmo tempo em que o poder constitui o sujeito, ele também abre possibilidades para deslocamentos e ressignificações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos analisar, a partir dos escritos de Michel Foucault e seus comentadores que os mecanismos da escola se comparam com meios disciplinares penais que qualifica e reprime e faz com que o castigo e o medo reforcem os comportamentos impostos por seus diligentes, na tentativa de “reduzir desvios”. Verificamos que a escola desde seu surgimento enquanto instituição até os dias atuais, buscou adestrar os diferentes corpos dos sujeitos. Podemos dizer que o corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. No entanto, essa disciplina que fabrica corpos submissos e exercitados, o que podemos definir como corpos “dóceis” propõe a disciplina que organiza uma economia positiva; impondo a utilização consciente do tempo sendo sinônimo de eficiência podendo sim criar processos de subjetivização.

Foucault (1987) argumenta que o poder não atua apenas por meio da repressão mas principalmente de forma produtiva. Em vez de só proibir ou punir o poder cria modos de vida e molda os indivíduos conforme forças que buscam se tornar hegemônicas. Assim, embora reconheça seu aspecto negativo Foucault dá maior destaque à positividade do poder.

Os mecanismos pedagógicos utilizados propõem um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam os efeitos de poder e em troca os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam, vivemos processos normalizadores e as instituições estão na conformação de um regime de verdade que estabelece distinções entre os indivíduos.

Neste prisma, a partir da leitura de Michel Foucault torna-se evidente que a escola não é apenas um espaço de formação intelectual, mas também um campo privilegiado de atuação do poder disciplinar. Sua função vai além do ensino: ela molda os corpos, regula os comportamentos e produz subjetividades. Ao reconhecer esse funcionamento abre-se espaço para pensar práticas pedagógicas que rompam com a lógica da vigilância e do adestramento e que valorizem a autonomia, a criatividade e a liberdade dos sujeitos. Questionar os dispositivos disciplinares é portanto um passo fundamental para repensar a escola e sua função social em uma perspectiva verdadeiramente emancipadora.

Concluimos este artigo convictos de que ao olharmos para instituições escolares como as prisões e ao seguirmos o mote deixado por Foucault, faz-se necessário repensarmos as relações de poder não meramente repressivo, mas produtivo que permita a subjetividade que se forma no e pelo discurso, que cria as condições de possibilidade para determinados modos de ser, agir e pensar se tornem reconhecíveis socialmente. Faz-se necessário mais pesquisas para pensarmos sobre o direito e a construção de subjetividades nas instituições escolares.

7 REFERÊNCIAS

- ALVES, Damiana Bezerra. **Corpo, disciplina e resistência em Michael Foucault**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFBP) . João Pessoa . 2017.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.
- BUTLER, Judith. Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”. **New York: Routledge**, 1993.
- BUTLER, Judith. The Psychic Life of Power: Theories in Subjection. **Stanford: Stanford University Press**, 1997.
- CARVALHO, Alexandre Filordi. Foucault e a potência normativa do saber no campo da educação. ETD – **Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v.14, n.1, p.121-140, jan./jun. 2012 – ISSN 1676-2592.
- DE FRANÇA, Fábio Gomes. Foucault, o direito e a norma: apontamentos para uma reflexão sobre o saber jurídico . **Revista Publius**, v. 1, n. 1, 17 Mar 2015 Disponível em : <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpublius/article/view/3283>. Acesso em: 13 jan 2025.
- DIOGO, Adriana Mendes, SAITO, Mairin Imoto. O poder disciplinar de Michel Foucault: algumas interpretações. Laboratório Didático - USP ensina Sociologia. 2014
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes , RAITZ, Tânia Regina . As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Pública** 44 (2) . Rio de Janeiro 44(2):367-83, MAR./ABR. 2010
- FERRAZ, Kaliny; PAGNI, Pedro Angelo. Educação escolar em perspectivas foucaultianas: um estudo do sujeito e do poder. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 22, n. 38, p. 91–112, 2019. DOI: 10.24934/eef.v22i38.2774. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/2774>. Acesso em: 2 sep. 2024.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, p. 231-249, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: **Graal**, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: **Vozes**, 1986.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Rebeldia e democracia na escola. Artigos • **Rev. Bras. Educ.** 13 (39) .Dez 2008 <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300005>
- FONSECA, Márcio Alves da. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: **EDUC**, 2011.

GATTI, A. Bernardete . Formação De Professores no Brasil: Características e Problemas **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010 Disponível em : <http://www.cedes.unicamp.br>

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo José da. Tessituras: entre A Hermenêutica do Sujeito e a Educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 36, n. 78, p. 1489–1517, 2023. DOI: [10.14393/REVEDFIL.v36n78a2022-66274](https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v36n78a2022-66274). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/66274>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MOREIRA, Lurine Guimarães Heitor. Pensar O Poder com Foucault: reflexões sobre dominação, resistência e emancipação a partir de A Vontade de Saber. **PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 124–152, 2021. DOI: 10.26512/pl.v10i19.34948. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/34948>. Acesso em: 1 nov. 2025.

PRATA, Maria Regina dos Santos .A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidadeE. **Revista Brasileira de Educação**. Pag. 108-115. ANPEd, realizada de 5 a 8 de outubro de 2003, em Poços de Caldas (MG). Jan /Fev /Mar /Abr .

SEVERIAN, Marina Rosa. Vigilância e poder na sala de aula: as influências do panóptico no ambiente de ensino de língua estrangeira. **Rev. EntreLínguas**, Araraquara, v.3, n.1, p. 75-94, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.29051/rel.v3.n1.jan-jun.2017.9434>>. E-ISSN: 2447-3529. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de : Raquel Ramallete. Petrópolis, **Vozes**, 1987. 288p.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Weizenmann, Mateus Foucault : sujeito, poder e saber [recurso eletrônico] / Mateus Weizenmann. – Pelotas : NEPFil online, 2013. 181 p. – (Série Dissertatio-Studia ; 02) Modo de acesso: Internet ISBN: 978-85-67332-02-4

SUMÁRIO

ARTIGO 2 – RELAÇÕES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	48
RESUMO	49
1- INTRODUÇÃO.....	51
2- DISPOSITIVOS DISCIPLINARES NA ÓTICA FOUCAULT	53
2.1 Sanção norma.	55
2.3 Controle das atividades.....	56
2.3 Vigilância.....	58
2.4 Os corpos no espaço	61
2.5 Exame	66
3- RELAÇÕES DE PODER NO AMBIENTE ESCOLAR	66
4- SABERES E HOMONEGEIDADE.....	70
5- CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR.....	71
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXO A- ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	78
PRODUTO EDUCACIONAL	84

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral fazer uma interpretação crítica das relações de poder, e constituição da subjetividade na instituição escolar. A partir da discussão de dados e dos discursos de diferentes sujeitos que atuam no ambiente escolar, buscaremos compreender e identificar os processos de disciplinamento ou de libertação existentes em três instituições escolares do Sul de Minas Gerais. Dentro desta analítica, detalhamos as relações existentes nas referidas escolas, pontuando e descrevendo os dispositivos constitutivos de subjetividades. Esta pesquisa, se justificou pela motivação de entendermos como se se relacionam os sujeitos que compõe escola (alunos, professores, supervisão e direção) e como se efetivam as relações entre eles, buscando discutir, especialmente como acontecem os processos de socialização do saber, valores éticos e políticos aos estudantes. Nossa perspectiva é, ancorados nas obras foucaultianas, ressaltar a importância de garantir relações humanas, afetos, desejos e subjetividades libertadoras no ambiente escolar. Como procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas semidirecionadas para coleta de dados em três escolas de Ensino Médio, de cidades diferentes do Sul de Minas Gerais. Onde foi aplicado um questionário contendo trinta e duas questões estruturadas semi-estruturadas, participaram 77 alunos de três escolas, totalizando uma média de 25 alunos por escola, onde buscou-se identificar os processos de disciplinamento existentes nas instituições escolares, as tecnologias individualizantes e seus dispositivos. Para o tratamento dos resultados recorreremos às regras apresentadas por Bardin, ou seja, a realização de categorização das informações semelhantes para facilitar as análises que foram mediadas fundamentalmente pelo referencial teórico foucaultiano. A sistematização dos dados foi apresentada em tabelas para facilitar a análise e comparação de resultados. Dentro desta analítica, detalhamos as relações de poder existentes nas referidas escolas, pontuando e descrevendo os dispositivos e constitutivos de subjetividades e assujeitamento. Nesta perspectiva, ao analisarmos as instituições escolares contemporâneas, podemos constatar que as teorias e conceitos de Foucault ainda são atuais para compreendermos a forma pela qual as relações de poder se estabelecem nessas instituições. O ambiente escolar é um espaço de disputa entre saberes e discursos, cabendo ao professor e a equipe pedagógica mediar esses discursos e saberes, promovendo educação crítica, inclusiva e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder; Subjetividades; Discursos; Saberes .

ABSTRACT

The general objective of this article is to provide a critical interpretation of power relations and the constitution of subjectivity in schools. Based on the discussion of data and the discourses of different subjects who act in the school environment, we will seek to understand and identify the processes of discipline or liberation that exist in three schools in the South of Minas Gerais. Within this analysis, we detail the relationships that exist in these schools, highlighting and describing the devices that constitute subjectivities. This research was justified by the motivation to understand how the subjects that make up the school (students, teachers, supervision and management) relate to each other and how the relationships between them are effective, seeking to discuss, especially how the processes of socialization of knowledge, ethical and political values take place among students. Our perspective is, anchored in Foucault's works, to emphasize the importance of guaranteeing human relationships, affections, desires and liberating subjectivities in the school environment. As methodological procedures, semi-directed interviews were conducted to collect data in three high schools, in different cities in the South of Minas Gerais. A questionnaire containing twenty-six structured questions was applied to 77 students from three schools, totaling an average of 25 students per school. The aim was to identify the disciplinary processes that exist in school institutions, the individualizing technologies and their devices. To process the results, we used the rules presented by Bardin, that is, the categorization of similar information to facilitate the analyses that were fundamentally mediated by Foucault's theoretical framework. The systematization of the data was presented in tables to facilitate the analysis and comparison of results. Within this analysis, we detailed the power relations that exist in these schools, highlighting and describing the devices that constitute subjectivities and subjection. From this perspective, when analyzing contemporary school institutions, we can see that Foucault's theories and concepts are still relevant to understanding the way in which power relations are established in these institutions. The school environment is a space of dispute between knowledge and discourses, and it is up to the teacher and the pedagogical team to mediate these discourses and knowledge, promoting critical, inclusive and transformative education.

KEYWORDS: Power relations; Subjectivities; Discourses; Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O corpo foi um dos conceitos centrais nos escritos de Michel Foucault. Os desdobramentos realizados em suas obras apontaram para a necessidade de enfatizar os corpos como uma superfície produzida discursivamente pela consolidação dos saberes, pelas disputas e estratégias que reconfiguravam os espaços e pela ação do poder que o moldou. Em 1975 com a publicação de *Vigiar e Punir*, Foucault procurou enfatizar uma perspectiva que afastava a história de uma linearidade estável, pacífica e sucessiva, sua abordagem visava afirmar a dimensão conflituosa das relações humanas, as lutas, embates e disputas que inscreviam suas marcas nos corpos.

As compreensões sobre o corpo passavam a serem deslocadas da naturalização para as relações de poder que investiam, sujeitavam e dirigiam suas extensões. Segundo Foucault (1987, p. 26), o corpo tornou-se objeto da utilidade e da produção nas sociedades disciplinares a partir do século XVII.

Conforme o pensamento foucaultiano, esta dominação visava um sistema disciplinar de submissão de condutas transgressoras que consolidaram espaços de sequestro nas instituições escolares, fabricas e prisões, com condutas transgressoras.

Diante dessa conjuntura, este artigo tem como objetivo analisar instituições escolares contemporâneas à luz da perspectiva teórica de Michel Foucault, com ênfase nas relações de poder, nos processos de subjetivação e nas formas de assujeitamento que se manifestam no contexto educacional. A partir dessa abordagem, busca-se compreender e identificar os mecanismos de disciplinamento presentes em três instituições escolares situadas no Sul de Minas Gerais.

No âmbito dessa analítica, o estudo propõe examinar as dinâmicas de poder que atravessam tais instituições, descrevendo os dispositivos institucionais que contribuem para a constituição de subjetividades e para a produção de sujeitos disciplinados. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como os diferentes atores escolares – alunos, professores, equipe de supervisão e direção – são constituídos nas tramas institucionais, bem como pelo intuito de fomentar reflexões acerca do papel da escola nos processos de socialização do saber e na formação ética e política da juventude.

Para atingir tal intento, o texto está organizado em três partes. No primeiro momento serão analisados os dados coletados nas três escolas e uma discussão dividida em seis tópicos:

Técnicas disciplinares, sanções normalizadoras, controle temporal das atividades, vigilância hierárquica, distribuição dos corpos no espaço e exame.

Nestas perspectivas, os dispositivos disciplinares atribuídos por Foucault, e analisados na coleta de dados da presente pesquisa apresentam os comportamentos, gestos produzidos, sentimentos e as sensações dos assujeitados dentro do ambiente escolar.

Foi realizada uma coleta de dados em três escolas de Ensino Médio, de cidades diferentes do Sul de Minas Gerais. Cada escola apresenta uma média de 500 alunos, sendo 70 servidores, contando com administrativo e 45 professores.

Para pesquisa de campo, foi aplicado um questionário contendo trinta e duas questões sendo a maioria estruturadas, participaram 60 alunos de três escolas estaduais do Sul de Minas Gerais, totalizando uma média de 20 alunos por escola, com o qual se buscou identificar os processos de disciplinamento existentes nas instituições escolares, as tecnologias individualizantes e seus dispositivos. Todos os estudantes participantes receberam um termo de consentimento livre e esclarecido sobre a participação na pesquisa, podendo os mesmos desistir da pesquisa em qualquer momento. A aplicação do questionário aconteceu no período de aula, no turno que os alunos estudam, havendo acompanhamento por total da aplicação pelo pesquisador, sendo assim os estudantes tiveram tempo livre para realizarem as respostas.

Para o tratamento dos resultados recorreremos às regras apresentadas por Bardin. Os dados foram apresentados em tabelas para melhor análise e comparação de resultados. Dentro desta analítica detalhamos as relações existentes nas referidas escolas, pontuando e descrevendo os dispositivos e constitutivos de subjetividades e assujeitamento.

Conforme hipóteses de Foucault e Ariès, podemos dizer que a forma pela qual a instituição escolar se implantou no século XX se articulou às normas disciplinares com uma concepção de valor do que seria ser “bem educado” (Prata, 2005. p.1 11).

Nesta perspectiva, ao analisarmos as instituições contemporâneas, podemos dizer que as obras de Foucault ainda compreendem completamente a forma pela qual as relações de poder se estabelecem nessas instituições? Esse cenário encarcerado enfrenta os desafios de uma educação baseada em métodos punitivos e disciplinares que afetam a subjetividade dos indivíduos e consiste em uma padronização do sujeito, que é imposta por consequente ao sistema de controle e vigilância? Diante de tal problemática, esta pesquisa não se trata da

questão de descobrir “quem tem o poder”, mas de estudá-lo no ponto em que se implanta e produz seus efeitos reais.

A escola é um lugar fundamental na constituição da subjetividade e muitas vezes assujeitamento, nesse sentido, a engrenagem da escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber” (Prata, 2005. p. 111). Sendo assim, buscaremos analisar os efeitos de verdade produzidos pelo poder na instituição escolar, desvelando as relações de assujeitamento ou subjetivação.

2- DISPOSITIVOS DISCIPLINARES

As investigações de Foucault procuram caracterizar a alienação dos indivíduos, revelando alguns mecanismos de poder a que estamos submetidos como sujeitos sociais. E conforme suas obras, as instituições desempenham papel central no processo de individualização ou subjetivação, os quais seriam o exército e a escola. Processos estreitamente ligados ao mecanismo do exercício de poder: a tecnologia política da disciplina, na busca do domínio dos corpos. A disciplinarização foi um mecanismo desenvolvido para individualizar o exercício do poder. Disciplina, em seu sentido político, ele assim definiu: “como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar seu rendimento, como multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde será mais útil” (Foucault, 1990, p. 29).

Implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. (Foucault, 1996, p. 118).

Para Foucault, poder é tecnologia/estratégias de exercício de poder e tem como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo, visando não somente o aumento de habilidades mais torna-lo mais útil, formando-se a política das coerções,

manipulação calculada sobre o corpo, gestos e comportamentos. Sendo assim o autor afirma que:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (Foucault, 1996 p. 119).

A disciplina utiliza de técnicas de distribuição dos indivíduos no espaço. Sendo assim: A disciplina às vezes exige a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande "encarceramento" dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes (Foucault, 1996, p. 122).

O espaço disciplinar é identificado nas instituições escolares, hospitalares e quartéis, como meio de organizar um espaço analítico. Conforme perspectiva foucaultiana: É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração (Foucault, 1996, p. 123).

Neste contexto, Foucault nos sensibiliza que a importância se concentra apenas no poder a cada instante de vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento para conhecer, dominar e utilizar.

A ordenação por fileiras no sec. XVIII começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar:

Filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (Foucault, 1996, p. 126).

Para Carvalho (2012), na tradição ocidental a escola se mantém como local que forma a conduta dos alunos, mantendo-se atrelada a uma série de regulamentos, diretrizes que

fundamentam certo currículo e saberes que norteiam padrões de comportamento. Dessa maneira, a escola opera assegurando a validade de uma verdade em detrimento de outras. Desmantelar o jogo da “singular inflação normativa implicada na própria norma” (Carvalho, 2012, p. 124).

Disciplinarizar é tanto organizar e classificar as ciências, quanto domesticar os corpos e as vontades (Gallo, 2004, p. 82). Ou seja, o funcionamento do espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.

Observamos as estruturas arquiteturais das instituições escolares analisadas, podemos afirmar que são funcionais e hierárquicas. Foucault considerou que assim como apresentam espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.

Assim, ao mesmo tempo em que os indivíduos são alvo da norma, eles são também realidades construídas por essa tecnologia de poder que se chama disciplina, cujo panoptismo seria talvez o maior representante. Assim, disciplina é a técnica de constituição de corpos úteis, dóceis e submissos, saber-referência para o diagnóstico de indivíduos normais ou desviantes.

2.1 SANÇÃO NORMALIZADORA

Ao realizarmos análise nas escolas, questionamos aos estudantes se quando estão na instituição escolar, se sentem vigiados ou observados pela direção e professores. Os dados apresentam que 26,28 % dos estudantes responderam que frequentemente, enquanto apenas 4,3% dizem que nunca. Nesta perspectiva, Foucault descreveu os mecanismos da microfísica do poder, que combinam vigilância hierárquica e sanção normalizadora. A disciplina se vale da vigilância como um de seus dispositivos mais eficazes.

Ademais, ao interrogarmos os estudantes se o uso de uniformes é obrigatório nas escolas que os mesmos estudavam, 28% dos alunos das três escolas revelam que frequentemente, sendo que apenas 2,66% trazem que nunca é cobrado. A vigilância e a correção dos desvios em relação a algumas normas são possíveis mesmo em situações que admitem a combinação do uniforme escolar com roupas e acessórios diversos para que não se efetive uma padronização rígida (Silva e Bicca, 2018, p. 459).

O Manual do uniforme utilizado em algumas instituições faz aparecer elementos de regulação quando aciona a compreensão de que o uso de uniformes escolares evitaria a diferenciação dos/as estudantes relativamente à roupa que usam, estimularia hábitos de higiene

e promoveria a segurança. Esses pontos, de alguma forma, conectam-se a um regime de aparências que regula a conduta dos sujeitos. (Silva e Bicca, 2018, p. 458).

Isto posto, o uso do uniforme nas escolas está relacionado às promessas de igualdade e inclusão social, uma forma de igualitarismo associado com homogeneidade e com a simplicidade das vestimentas, acredita-se que assim, pregasse uma educação igual para todos abrangendo todos de forma neutra e universal. Neste sentido Silva e Bicca mostram que:

O uniforme, por sua vez, ajuda a identificar os sujeitos escolares e a exigir destes, dentro e fora das escolas, determinadas formas de agir à medida que a roupa favorece que tais ações sejam avaliadas e classificadas. É necessário ter claro que a uniformidade pode ser traduzida (2018, p. 459).

É preciso atenção para qualquer desvio: no espaço, “Fulano, volte para seu lugar”, no tempo, “não demore, não se atrase”, na produção, “Ei! Não faça corpo mole”, na postura, “sente direito, ande direito”, na aparência, “se vista de acordo, não saia desta maneira”, no corpo, “tome banho, corte as unhas, lave a mão”, na moralidade, “seja educado, responda direito”, na sexualidade, “não fale isso, não se comporte assim”.

Segundo Foucault, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais” (1997).

2.2 CONTROLE TEMPORAL DAS ATIVIDADES

Outro ponto investigado foi a questão dos horários dos escolares, questionamos se a normativa de horários impostos pela instituição escolar é cumprida pelos alunos. Os resultados também revelam que quase 50% dos estudantes sempre ou frequentemente cumprem os horários impostos pela escola, sendo apenas 19% dos estudantes, que raramente ou nunca cumprem com esta regra da instituição escolar.

Foucault menciona várias técnicas bastante visíveis nos colégios, como a cerca, o quadriculamento e a regra de localizações funcionais. Todas essas técnicas envolvem a disposição dos alunos no espaço. Em seguida, ao abordar o modo como as atividades são controladas, menciona o uso do horário, a elaboração temporal do ato, a correlação entre corpo e gesto e articulação entre corpo e objeto, além de explicar como ocorre a organização das

gêneses e a composição das forças (Figueiredo, 2020, p. 29). Sendo assim, na escola o tempo será valorizado e utilizado exaustivamente, sendo cada segundo aproveitado, sendo utilizados instrumentos como sinais, apitos e comandos.

Foucault menciona que o tempo é dividido em segmentos aos quais cada um deve passar; esse tempo é segmentado analiticamente, por ordem progressiva, de modo a impulsionar e verificar o desenvolvimento do indivíduo em cada estágio proposto. Tais estratégias garantem o máximo possível para a aprendizagem dos alunos (Figueiredo, 2020, p. 32).

Ao questionarmos os estudantes se consideram que todo o tempo e espaço no ambiente escolar é controlado pela equipe pedagógica. Temos como resultados: 44,70% dos alunos responderam que sempre, sendo 31,11% frequentemente, 9,16% as vezes e apenas 3,70% revelam que nunca. Nesta perspectiva, Foucault ressalta o controle do horário dentro de cada local em que a disciplina vigora; uma herança antiga, presente nos monastérios, mas que se alastra para colégios, oficinas e hospitais. Tal controle tem por função principal a utilização qualitativa do tempo, de modo que se tem controles secundários como maneira de garantir que o trabalho ou estudo não seja interrompido. Assim, um controle minucioso é exercido, de modo que os alunos não fiquem um minuto sequer ociosos.

Ao analisarmos o controle do tempo escolar para as atividades, detectamos que 36% dos estudantes das três escolas, relatam que todas as atividades (entradas/saídas, aulas e recreio) são com tempo delimitado e seguidos à risca a norma, vendo que o descumprimento gera punições.

Entretanto, 16% dos estudantes investigados, afirmam que há momentos de (entradas/saídas, aulas e recreio) com horários flexíveis, e mais uma vez afirmando corroborando com a tese de Foucault, 34,7% dos estudantes concordam com essa normativa dos horários definidos e estabelecidos, pois acreditam é o que organiza a escola. Esse tempo não disciplinado "não interessa" ao espaço da sala de aula (Vasconcelos, 1999, p. 58).

O autor ainda afirma que esse tempo disciplinar passa a se impor na educação. Forma-se uma pedagogia extremamente meticulosa na qual a seriação do tempo, a programação detalhada das aulas, os planejamentos e a divisão das matérias concorrem para ampliar a disciplina e o controle detalhado do espaço escolar. E como podemos identificar na análise dos dados coletados, que uma parte significativa dos estudantes concordam com essa norma "controle do tempo", pois acreditam é que a única forma de melhorar e avançar o conhecimento e a produtividade educacional.

A qualidade e o sucessivo controle do tempo deve ser teoricamente garantido no momento das subdivisões temporais. Isso passa a representar o elemento-chave de sua

distribuição homogênea rigorosamente controlada. Pode-se evidenciar, por exemplo, na lista de frequência e no complexo ritual que acompanha a entrada do professor e alunos no espaço da sala de aula e a hora da chamada. Nesse caso, o tempo passa por elementos de filtragem que se exige da "boa norma" (Vasconcelos, 1999, p.58).

2.3 VIGILÂNCIA

Passando ao recurso de vigilância hierárquica, Foucault explica que este se configura como um dispositivo em que os meios coercitivos ficam claros e visíveis para os indivíduos, que são coagidos pela mera possibilidade de estarem sendo vigiados, o que significa que se age sobre eles mesmo que indiretamente, e se garante que seu comportamento se mantenha conforme o esperado mesmo quando não sabem se estão sendo vistos (Figueiredo, 2020, p. 35). Posto isso, observa-se a possibilidade de visualização de todos os indivíduos a partir de um único olhar estratégias para que nada escape do vigilante.

O modelo panóptico também pode ser considerado uma das tecnologias de poder:

Com o panoptismo, eu viço a um conjunto de mecanismos que ligam os feixes de procedimentos de que se serve o poder. O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção. Esta invenção tem de particular o fato de ter sido utilizada em níveis inicialmente locais: escolas, casernas, hospitais. Fez-se nesses lugares a experimentação da vigilância integral (Foucault, 1989, p. 91).

Ao pesquisarmos sobre a existências de câmeras nas instituições escolares, identificamos que todas as três escolas apresentam circuitos de câmeras, mas apenas uma delas a (escola 3) apresenta câmeras dentro das salas de aula.

Engana-se quem pensa ser a sociedade disciplinar aquela na qual todos se vigiam, como se houvesse um acréscimo de guardas e disciplinadores. Pelo contrário, nas instituições de vigilância precisou-se cada vez menos desses personagens. Esse único olhar não necessariamente é de uma pessoa, já que o importante deixa de ser que alguém de fato esteja vendo. O olho anônimo do poder e sua estruturação arquitetural é que impelem o indivíduo a se autodisciplinar (Candiotto, 2012, p. 20).

A vantagem decisiva deste modelo arquitetural é a relação fictícia que ele propicia. Para constranger o condenado à boa conduta, o louco à calma, o operário ao trabalho, o aluno à aplicação e o doente à observação das ordens, deixa de ser necessário o uso da violência. Basta que estes indivíduos sejam colocados em uma arquitetura cujas separações sejam claras e as aberturas bem dispostas. A superfície de aplicação do poder se desloca então para aquele que é submetido a um campo de visibilidade. Ao imaginar estar sendo

observado, o indivíduo interioriza as coerções incorporais do poder: ele se torna o princípio de sua própria objetivação (Candiotto, 2012, p. 20).

A tese de Foucault é de que nas sociedades modernas a norma tem alcance maior do que a lei. Ela prevalece como aspecto fundamental das relações de poder. Enquanto a lei é exterior ao indivíduo, ao operar unicamente por ocasião da violação de um ato considerado proibido a norma envolve o conjunto da existência humana.

Questão N° 24 – Nas atividades escolares existe um controle/observação por parte dos professores e equipe pedagógica, ex: recreio, ensaios, momentos de atividades de protagonismo juvenil ?

Tabela 1- Questionário aplicado aos estudantes de escolas estaduais.

	Não, as vezes desenvolvemos alguma atividade sem a vigilância da equipe pedagógica .	Sim, ocorre de forma exagerada.	Essa vigilância ocorre de forma equilibrada, nada que nos incomode.	A vigilância é necessária pois se nos deixarem mais livres, a escola pode virar uma desordem.
Escola 1 (27aluno)	18,51%	14,81%	33,33%	37,03%
Escola 2 (18 alunos)	0	5,5%	38,88%	55,55%
Escola 3 (34 alunos)	35,29%	13,6%	44,11%	8,82%
TOTAL :	17,93%	11,30%	38,77%	33,8%

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2026)

Os dados encontrados nesta questão da pesquisa, são bem instigantes para a discussão, vendo que 38,77% dos estudantes relatam que essa vigilância constante não os incomoda e 33,8% a considera necessária, sendo apenas 11,3% que a considera exagerada. Com isso, ancorados os pensamentos foucaultianos, percebemos a existência desse poder disciplinador direcionado especificadamente para a escola, pode-se constatar a predominância de mecanismos de vigilância (disciplinadores) sobre a questão qualitativa da construção do saber educacional. O ensino é sobreposto pela vigilância. Portanto, os alunos se habituaram com o sistema disciplinar e legitimam a eficácia desse poder. Essa relação hierárquica induz todos a se sentirem sempre vigiados e controlados, fazendo com que os indivíduos aceitem o poder de punir e de serem punidos.

Nessa organização a hierarquia e a vigilância, curiosamente movem-se também no sentido da base para o pico na medida em que os estudantes são também vigilantes e cobram o

bom andamento da instituição em especial no que tange à ordem estabelecida.

Segundo Veiga-Neto (2004), é mais do que óbvio o papel que a escola desempenha nas transformações que levaram da sociedade de soberania para a sociedade estatal. Não é demais insistir que mais do que qualquer outra instituição a escola encarregou-se de operar as individualizações disciplinares, engendrando novas subjetividades e com isso cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna.

Na questão número 18, questionou-se como se dá o relacionamento da equipe pedagógica com os estudantes.

Tabela 2 – Questionário aplicado aos estudantes de escolas estaduais .

	Dominadora	Liberal	Facilitadora	Tarefaira	Participativa
Escola 1 – (27 alunos)	11,11%	0	0	85,18%	3,7%
Escola 2 – (18 alunos)	5,5%	0	0	50%	38,5%
Escola 3 – (34 alunos)	41,17%	0	14,7%	0	44,1%
TOTAL	19,26%	0	4,9%	45,06%	28,7%

Fonte : Dados coletados pela pesquisadora (2026)

Conforme apresentado na tabela 2, observa-se que 45,06% dos estudantes consideram a escola tarefaira, enquanto 28,7% a consideram participativa. Apenas 4,9% dos estudantes consideram a escola facilitadora e 19,26% afirmam que seria dominadora. Tendo isto posto, percebemos que este achado revela uma escola que se contrapõe a visão e missão que lhe é dada, pois a escola deve ser transformadora, promover a formação cidadã e o desenvolvimento humano, servir como instrumento de transformação social e ajudar a desenvolver o pensamento crítico e a percepção de mundo, contribuindo para uma sociedade mais justa .

Necessita-se repensar a escola e seu papel destituindo-a do “superpoder” de salvar ou explorar a repetição no dispositivo disciplinar .

Para os autores (Bourdieu, Passeron, Althusser, Foucault, etc) que enxergam a escola apenas como “Aparelho Ideológico do Estado” uma instituição de controle, alienação e instrumentalização intelectual e ideológica do aluno para que sua futura atuação em sociedade, em consonância com valores de interesse das classes dominantes e que pode ser observado pela própria forma de organização da rotina escola (Althusser, 1996, p. 122).

2.4 OS CORPOS NO ESPAÇO

Questionamos os estudantes se para sair da sala, pegar merenda ou outras atividades, haveria formação de filas? Os resultados mostram que 74% dos estudantes sempre ou frequentemente fazem formação de filas para merenda ou saída da sala de aula, sendo apenas 3,9% relatam que nunca fazem filas. Quando questionados se as carteiras ficam sempre dispostas uma a frente da outra em sala de aula, os alunos apresentam que 62,25% das carteiras sempre ficam dispostas uma de frente para outra e 14,18% frequentemente, sendo apenas 1,8% e 2,4% raramente ou nunca.

As tecnologias individualizantes são tão praticadas no ambiente escolar que parecem muito naturais, uma das mais simples e eficazes é a disposição estratégica da classe em filas, tecnologia a qual permite ao professor controle e vigilância constante dos estudantes na disciplina corporal e delimitação do espaço, atingindo seus corpos e comportamentos, criando uma anatomia política que individualiza a relação de poder.

As filas, como mostra Foucault (1991), é a "arte de dispor em fila (...) técnica para formação dos arranjos" (p. 133). A fila define cada espaço que o indivíduo deve ocupar porque ela classifica, organiza e hierarquiza. Ferrari (2012), aponta como é interessante ver como essas questões estão naturalizadas e não despertam mais atenção e estão na constituição mesma do modelo escolar, age de forma que vai organizando esses corpos escolares em fila hierárquica. Primeiro o Diretor, depois os professores, seguidos pelos técnicos, os alunos e os pais.

Todavia, esse enfileiramento escolar não se esgota apenas no espacial, pois os alunos também são classificados por suas tarefas, seus resultados nas provas, idade, aproveitamento, série, isto é, uma sucessiva hierarquização do saber e das capacidades (Ferrari, 2012 p. 406).

Nessa passagem verifica-se que cada sentença proferida pelo professor funciona como um composto de sinais que exigem a reação de movimentos automáticos e coordenados, robotizados. Essa exigência é fundamental para a realização do trabalho conjunto, pois nessa perspectiva, os corpos são vistos como engrenagens de uma grande máquina, que devem estar postos no local adequado, no tempo correto e devem realizar os movimentos precisos para alcançar o efeito conjunto; desse modo, se extrai a maior quantidade de forças e se adquire um resultado de qualidade. Apesar desse instrumento ser utilizado tendo como fim uma atividade conjunta, é uma prática realizada individualmente, aplicável, portanto, quando se deseja comportamentos específicos de cada aluno (Figueiredo, 2020, p. 35).

A disciplina como arte do controle do corpo humano não visa unicamente ao aumento de suas habilidades, nem aprofundar suas sujeições, mas a formação de uma relação que no

mesmo mecanismo, o torna tanto obediente quanto mais útil (e vice-versa).

"As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas" (Foucault, 1991, p. 195).

Corredores, salas enfileiradas, carteiras em filas na frente do quadro negro, espaço destinado ao professor na frente dos alunos, permitindo ao mestre melhor visão dos corpos e do espaço, janelas altas das quais quando sentados nas carteiras, os alunos pouca visão tem do exterior.

A questão de nº7 busca identificar quais são as atividades “proibidas” de serem realizadas no horário de aula:

Tabela 3 – Questionário aplicado aos estudantes de escolas estaduais.

	levantar o tempo todo.	pedir para ir ao banheiro ou tomar água durante a aula.	Olhar para o colega e conversar durante a aula.	correr dentro da escola.	sentar-se fora do seu lugar do mapa de sala .
Escola 1 – (27 alunos)	19,7%	5%	26%	14,81%	34,49%
Escola 2 – (18 alunos)	42%	0	0	33%	25%
Escola 3 – (34 alunos)	58%	0	9%	0	32%
TOTAL	39,9%	1,6%	11,66%	15,9%	30,4%

Fonte : Dados coletados pela pesquisadora (2026)

Ao analisarmos a tabela 3 apresentada acima, com relação as atividades que são proibidas de serem realizadas no horário de aula, observamos que 39,9% dos estudantes relatam a proibição de levantar o tempo todo, 11,66% o ato de olhar para o colega, 15,9% correr dentro de sala e 30,4% sentar-se fora do seu lugar. Posto isso, observamos uma maior preocupação do fato do estudante levantar e trocar de lugar, vendo que toda sala de aula temos o chamado “mapa de sala”, em que existe uma planilha com desenho de onde cada aluno deve se assentar, não sendo permitido em espécie alguma o desvio desta regra.

A norma disciplinar vai além da punição imputada ao indivíduo por ocasião de infrações, delitos e crimes cometidos; ela objetiva evitar a virtualidade de um comportamento perigoso, ao fazer uso de pequenas correções e recompensas. Ali ela estabelece graus de normalidade ao situar cada um no seu devido lugar (Candiotto, 2012).

O fato deste aluno assentar-se em outro lugar faz com que o professor “vigilante”, perca o controle da sala de aula, este aluno pode conversar mais, se distrair, descontruindo a regra de localizações funcionais, por sua vez, estabelece o lugar de cada um e assim o organiza, evitando

contatos indesejáveis, o desaparecimento de aluno se garantindo a vigilância de grande parte por um só vigia (Figueiredo, 2020).

Segundo Foucault, as funções desses processos é procurar garantir a obediência dos indivíduos e a melhor economia do tempo e dos gestos.

Isso seria o que chamamos de o controle da atividade, que se define como uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. Para Foucault o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. Mas não é isso o mais novo. Outros modos de proceder são mais característicos das disciplinas (Foucault, 1996 p. 129).

Nesta ótica, entendemos que o bom emprego do corpo permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil. O tempo escolar necessita ser cronometrado e fielmente cumprido, cabendo advertências e sanções caso esta norma seja descumprida.

Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto, princípio da não-ociosidade; é proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo erro moral e desonestidade econômica (Foucault, 1996 p. 131).

2.5 EXAME

Ao analisarmos os questionários, questão nº 23 em que buscamos saber o que acontece quando um aluno tira nota baixa nas provas/exames? 86,41% dos estudantes afirmam que o aluno é compreendido e tem outras oportunidades de melhorar a nota, sendo apenas 1% dos entrevistados declara que sofre sanções dos professores e pais . Isso também revela as relações de poder do Estado (rede) para com a organização escolar, pois, os próprios estudantes sabem que mesmo que venham a ter insucesso nas avaliações, a escola terá que resolver a questão dar outras oportunidades de melhora da nota .

Quando questionados se consideram as “avaliações escolares ” importantes , 72,22% relata que sim, pois são elaboradas de forma consciente e condiz com a apredizagem dos estudantes. Apenas 4,6% acham que as provas servem como punição para os estudantes e 11,35% consideram que as avaliações qualificam e classificam os indivíduos.

A questão nº 8, questiona se a escola/professores classificam os alunos “mais habilidosos” dos “menos habilidosos” ou mais “inteligentes” dos “menos inteligentes”, separando-os por grau de desempenho escolar.

Tabela 4 - Questionário escolas estaduais

	1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
Escola 1 – (27 alunos)	16 59,2	8 29,6	2 7,4	1 3,7	0
Escola 2 – (18 alunos)	0	1 5,5	1 5,5	2 11	13 76,47
Escola 3 – (34 alunos)	0	0	15 44,1	18 52,92	1 2,94
TOTAL	19,73	11,7	19	22,54	26,47

Fonte : Dados coletados pela pesquisadora (2026)

Os resultados nos instigam, no sentido que quase 30% dos alunos revelam que sempre ou frequentemente são classificados entre os “mais habilidosos” dos “menos habilidosos” ou mais “inteligentes” dos “menos inteligentes”, sendo que 49% afirmam que nunca ou quase nunca são comparados desta forma e 19,2% às vezes. Os dados alcançados diferenciam um pouco do que traz a literatura.

A nota possibilita a separação, classificando o “bom” e o “mau” aluno. Os próprios alunos logicamente capturados por esses efeitos do poder, zombavam daqueles com as piores notas ou elogiavam aqueles com as melhores notas. Na reunião do conselho de classe, a nota surgiu como fator determinante e critério de separação dos “bons” e “maus” alunos ou mesmo daqueles que necessitavam ou não de reforço de aprendizagem (Ferrari, 2012, p. 406).

O exame é o dispositivo disciplinar mais ritualizado, pois vigia, qualifica, classifica e pune. Superpõem-se as relações de poder e saber, “Relações de poder que permitem obter e constituir saber” (Foucault, 1991, p. 165).

Sendo assim autores como Larrosa (2000, p. 61), destacam que:

O exame escolar é um dispositivo de visibilidade, de vigilância, que “inverte as relações de visibilidade habituais no espaço pedagógico”. Essa pedagogia escolar, com seus mecanismos de examinar, de tornar visível, captura, extrai, saberes dos escolares para tornar eficaz seu processo de ensino, para produzir sujeitos escolarizados. Os alunos são, dessa forma, objeto de visibilidade dessa máquina que ensina examinando.

O exame é considerando tecnologia individualizante, pois se trata da quantificação no processo de ensino-aprendizagem em que a tática instrumental mais eficaz foi fornecida exatamente através da tecnologia do exame (Gallo, 2004, p.92).

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado (Foucault, 1996 p. 154).

Através do exame, a escola pode controlar os seus alunos e não apenas no contexto eminentemente didático-pedagógico (de verificação da aprendizagem), mas sobretudo no aspecto político, pois o exame adquire também a conotação de uma sanção de um castigo seja qual for o seu resultado bem como enraíza inconscientemente em cada um a impressão de estar constantemente vigiado (Gallo, 2004, p. 93).

A tecnologia do exame produz ao professor a possibilidade de poder de transmitir o conhecimento e cobrar este conhecimento dos alunos, tornando possível a metrificacão e quantificação da aprendizagem.

Do mesmo modo, a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar (Foucault, 1996, p. 155).

E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação (Foucault, 1996, p. 156).

É através do exame que o processo de ensino-aprendizagem é verificado, controlado, planejado e replanejado (Gallo, 2004, p.93).

Percebemos que o exame permite um poder de escrita, colocando os estudantes em situação de uma vigilância documentaria de registros, anotações que os compromete em métodos de quantificação, identificação, assimilação e descrição do alunado através do exame, com intuito de caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e suas capacidades.

Pela ótica foucaultiana o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade e é também o indivíduo que tem que

ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. Sendo assim, esse mecanismo funciona como processo de objetivação e de sujeição.

3 RELAÇÕES DE PODER NO AMBIENTE ESCOLAR

Ao investigarmos a instituição escolar, percebemos que no que se refere as relações de poder não somente impõe condutas, mas também internaliza regimes de verdade e autovigilância nos alunos. Essa formação de sujeitos se inscreve numa lógica biopolítica de poder difuso e descentralizado. Em suma, é um modo de governar a vida das pessoas que não acontece por ordens diretas ou punições físicas, mas por meio de mecanismos sutis, disseminados em instituições do cotidiano.

Quando questionados se a equipe pedagógica/ professores e Diretores são sensíveis às necessidades dos alunos? Os estudantes responderam conforme tabela apresentada abaixo:

Tabela 5- Questionário dos alunos de escolas estaduais

	1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
Escola 1 – (27 alunos)	2 7,4	0	7 25,9	3 11,11	15 55,5
Escola 2 – (18 alunos)	3 11,11	0	7 38,88	6 22,2	2 7,4
Escola 3 – (34 alunos)	21 61,74	13 38,35	0	0	0
TOTAL	26,75	12,78	21,60	11,10	20,96

Fonte : Dados coletados pela pesquisadora (2026)

Uma média de 39,5% dos estudantes entrevistados relatam que sempre ou frequentemente equipe pedagógica/ professores e Diretores são sensíveis as necessidades dos alunos, e em média de 31% apresentam que nunca ou raramente sentem esta sensibilidade por parte da equipe pedagógica/professores.

Nesse sentido, é a partir dessas reflexões que necessitamos pensar possibilidades, além da disciplinarização, do controle, em suma, da sujeição dos corpos na escola, tentarmos pensar outros espaços de subjetivação. Sendo assim, precisamos pensar essas resistências, a transgressão, a sabotagem como possíveis problemáticas para escavar espaços pautados nas práticas de liberdade, numa ética como estética da liberdade baseada no cuidado de si e do outro (Ferrari, 2012 p. 414-415).

Tornar a escola mais sensível, humanizada e subjetivadora, requer transgredir os limites determinados dessa herança escolar que nos foi imposta. A função da escola não é “vigiar e punir”. Ferrari (2012), em seus estudos relata que faz se necessário discutir estas questões no

interior de seu cotidiano e perceber que a instituição escolar pode ir no sentido de liberdade, de transgredir o diagrama do poder-saber. O que estamos defendendo é que as possibilidades de espaços de liberdade na escola são inúmeras sendo possível criar formas diferentes de subjetividades singulares.

Sendo assim, é um poder que foi reconhecido como legítimo prevalece a ordem estabelecida. Quando analisamos o poder a partir da visão política, podemos defini-lo como a capacidade de impor algo para ser obedecido, não permitindo desobediência. O poder é uma realidade em todas as relações, no entanto podemos verificar a construção reflexiva de um conjunto de definições úteis para pensar o problema do poder.

Foucault rompe com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado e observado numa instituição determinada ou no Estado. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um governante, como vemos na compreensão política clássica dos contratualistas. Para Foucault, o poder acontece como uma relação de forças (Brígido, 2013. p. 58).

A afirmação básica de Foucault é que não podemos conceber o poder apenas e tão somente como repressão. Para o pensador francês, o poder não pode ser resumido à interdição, à proibição, à lei. O poder não se esgota na fórmula “você não deve...”, estando concentrado na pessoa que emite o imperativo “você não deve...” e ausente na pessoa que o ouve, devendo acatá-lo de imediato; a própria psicanálise mostra-nos hoje que o poder é responsável por uma série de agenciamentos de significação que se expõem no nível do corpo, do desejo e do prazer (Gallo, 2004, p.85) .

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível (sic) do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível (sic) do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (Foucault, 1984, p. 148-149 apud Gallo, 2004, p.8 5).

A sociedade concebe o poder como regra e proibição, porém, o poder vem a exercer produção social, o qual somos levados ao saber.

Para a nova compreensão do poder, é imperativo que a suas conotações negativas o poder como repressão sejam anexadas também as suas conotações positivas o poder como fonte de produção social. É o que Foucault chama de tecnologia do poder (Gallo, 2004, p. 87).

Para Michel Foucault, então, estamos de uma forma ou de outra, todos envolvidos nessa teia de relações que dá vida e “movimento” ao poder. Ele propõe também uma reflexão sobre a forma como os espaços se organizam para formar isso que chamamos de sociedade.

Assim, o poder seria muito mais fruto da ação e das correlações de força que se materializam em meio à multiplicidade de indivíduos que se fazem sujeitos justamente através da relação de poder do que da ação unilateral de um soberano, que exerce despoticamente o poder em detrimento da legião de súditos (Gallo, 2004, p. 87).

Desse modo, Foucault rompe com a concepção clássica do poder, entendendo que não se pode concebê-lo como materializado num determinado lugar, mas diluído pelo tecido social, o que chamariamos da “onipresença” do poder, funcionamento em rede onde os indivíduos circulam para exercer ou sofrer ações de poder.

O poder jamais se exerce unilateralmente. Se a escola tem sido como o exército, um dispositivo disciplinador, ela é também um espaço social onde se exercem contrapoderes. Ele mostra-nos que na relação pedagógica o aluno não é um mero paciente, mas é também um agente de poder, o que deve levar-nos a repensar todo o “estrategismo pedagógico” do qual algumas vezes somos vítimas, outras vezes somos sujeitos.

Assim, quando falamos no poder numa certa sociedade, estamos falando na arquitetura particular que as correlações de forças que determinantes nessa sociedade, baseadas nos múltiplos micropoderes que enredam seu tecido, assumem nesse momento específico.

As relações de poder são intencionais: o poder é sempre estratégico, o que equivale a dizer que é guiado por metas e objetivos, obedecendo a uma certa lógica, e possuindo uma racionalidade interna que o dirige. Isso não significa, entretanto, que o poder seja subjetivo, que possamos identificar aqueles que o presidem, os estrategos que inventam suas táticas, os que fundam sua lógica; como já vimos, os macros poderes são resultado de uma miríade de micro poderes que se engalfinham e, embora o processo não seja caótico, seria impossível determinarmos o sujeito ou sujeitos – enquanto equipe – que determinariam sua intencionalidade (Gallo, 2004, p.90).

Dando continuidade à discussão aos dados elencados em nossa pesquisa, quando interrogado os estudantes, se há um controle da equipe pedagógica sobre os alunos e a rotina escolar, com relação a notas, conceito, comportamento e atos de indisciplina?

Tabela 7 – Coleta de dados escola estaduais

	1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
Escola 1 – (27 alunos)	16 69,56	4 17,36	3 13,02	0	0
Escola 2 – (18 alunos)	14 77	2 11	2 11	0	0
Escola 3 – (34 alunos)	20 58,8	7 20,58	7 20,58	0	0
TOTAL	68	16,31	14,86	0	0

Fonte : Dados coletados pela pesquisadora (2026)

Conforme exposto na tabela nº7, 84,3% dos entrevistados responderam que sempre ou frequentemente se sentem controlado pela equipe pedagógica, com relação a rotina escolar, notas, conceito, comportamento e atos de indisciplina. Apenas 14,8 % responderam às vezes e 0 estudantes raramente ou nunca. Os dados revelam como o controle normativo e a vigilância perpetua na instituição escolar de uma forma muito abrangente.

Carvalho (2012) enfatiza, na perspectiva de Foucault, todas as instituições – fábrica, escola, hospital, prisão – têm por propósito fixar os indivíduos, com isto, esta fixação abrange os processos pelos quais os indivíduos são comparados, diferenciados, hierarquizados, homogeneizados, excluídos, partilhados entre o normal e o anormal.

Foucault sublinha insistentemente a indissolubilidade do saber com o poder, ou seja, o governo/condução que implica em submeter indivíduos e populações a certas condições e regras de comportamento e de atitudes. Sendo assim, a norma se traduz como senha polivalente, cujo alcance se fia e se dispõe “como regra de conduta, como lei informal, como princípio de conformidade” (Foucault, 2001b, p. 204 apud Carvalho, 2012 p.125).

É desta concepção, então, que a norma permite a aplicação constante de um exame perpétuo, visando a um campo de regularidade, no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo, para saber se está conforme à regra, à norma que definiu a sua finalidade (Carvalho, 2012 p.126). Posto isto, a norma é a existência tanto das técnicas quanto das tecnologias positivas de poder.

Em termos simples, sob os auspícios da norma, a disciplina faz a divisão operacional do normal e do anormal (Carvalho, 2012 p.126).

Saber e norma, em nossa sociedade ocidental também são responsáveis pela composição operativa de nossas instituições sociais que, concomitantemente refundam os saberes e as

normas num constante esforço de mais-valia normativa e normalizadora para constituir o sujeito normal, donde mais uma vez, o saber e a norma serão retraçados (Carvalho, 2012, p. 123).

4 SABER E HOMOGENEIDADE:

Toda e qualquer maneira gestual, da mais simples à mais banal forma cotidiana, até o refinamento mais ritualístico de um procedimento, condiz com a mesquinha reguladora do saber. Em termos mais simples: não somos inocentes quando nos encontramos numa relação educacional qualquer. Da produção à reprodução de uma pedagogia cotidiana e amparada por um *savoir-faire* ingênuo, ou colado à determinada representação de papel social –o professor que aprendeu a fazer repetindo outros fazeres, mas sem saber porque o faz –; da pretensa lucidez mais arguta enraizada em uma teoria qualquer, é a engrenagem movente do saber que está em operação. Saber que faz dizer, que faz agir, que faz poder fazer, que faz poder saber (Carvalho, 2012, p. 131).

Carvalho (2012) evidencia que Michel Foucault localizou, muito bem, quatro procedimentos responsáveis por movimentar a fortuna dessa morfologia do saber, cujas conexões articular-se-ão como delineadores de sua instância disciplinadora todas elas ligadas à extensão social da norma: processos de seleção de saberes, normalização, classificação e homogeneização.

Educar torna-se com efeito, um ato condicionado às seleções de saberes que cancelarão o seu ato ao mesmo tempo como adequado e pertinente, ou como inadequado, ultrapassado e errôneo (Carvalho, 2012, p. 134).

Doravante, como argumentou Carvalho (2012, p. 135), pior ainda, é a associação das funções “psi” e a sua recorrência na educação – psicopedagogia, psicologia da educação, psiquiatria – que na atualidade, revigoram com força institucional e discurso de autoridade o conclave empírico de observação e de atenção ao anormal. O mesmo empreendimento, é claro, faz ressaltar o seu outro, isto é, conclama à ordem o normal como referência anteposta ao anormal: escola como lugar de produção de comparações de hierarquizações, de emparelhamento das distinções meritocráticas –alunos bons, ruins, inteligentes, atrasados, bem comportados, arredios –a lista se estende.

Seguindo o pensamento de Michel Foucault, poderíamos dizer, imantados pela força da mesma metáfora, que a norma seria a parte central, a própria medula espinhal de onde se irradiam as relações produtivas do saber-poder, das mais evidentes até as mais capilares formas de vínculos prescritivos. Sem dúvida, regulamentação, ordem e disciplina são costuradas pelo idêntico alinhavo. Então, deve estar claro, nesse sentido, que a norma se exerce em relação aos domínios a que se aplica. Mas para essa empreitada subjaz toda

série de exigências e, até mesmo, coerções, que, respaldadas pela situação disciplinadora do saber, de antemão, projetam norma para a congruência do poder; melhor dizer, de ações produtivas, pois se tratará de ações qualificadoras, restritivas, incitantes, disciplinares, veridicionais, corretivas—enfim, ações que dão azo ao uso e à aplicação de uma força con(formadora) (Carvalho, 2012, p. 138).

Se aceitarmos o desafio de Foucault, uma Educação para muito além da disciplinarização e da técnica será necessária para fundar as possibilidades de tal Ética. Uma educação voltada para o cuidado de si mesmo e do outro, possibilitando novas formas de produção de si e de relações com os outros (Gallo, 2004, p. 95).

Os corpos, em seu processo de docilização são alvos de quatro tipo de individualidade produzidos pela disciplina: individualidade celular, pautada pela repartição espacial dos corpos; orgânica, pautada pela codificação das atividades; individualidade genética, pautada pela acumulação do tempo; individualidade combinatória, pautada pela composição das forças.

Com isso, produz quatro grandes técnicas: Constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; organiza táticas, forma mais elevada da prática disciplinar, na medida em que constrói, com os corpos localizados em seus espaços suas atividades já codificadas e aptidões formadas aparelhos que maximizam o produto das diferentes forças precisamente combinadas. Sendo assim, através das análises dos dados coletados e as reflexões realizadas neste estudo, percebemos que necessitamos pensar possibilidades, além da disciplinarização, do controle, em suma, da sujeição dos corpos na escola, tentarmos pensar outros espaços de subjetivação.

Em vista disso, enquanto professores ou pertencentes da equipe pedagógica/direção escolar, precisamos pensar essas resistências, a transgressão, a sabotagem como possíveis problemáticas para escavar espaços pautados nas práticas de liberdade numa ética como estética da liberdade baseada no cuidado de si e do outro (Ferrari, 2012 p. 414-415).

5 CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Nesta parte da discussão dos resultados fundamentamos na compreensão de que a instituição escolar desempenha papel central na constituição da subjetividade, ao operar como um dispositivo que produz e regula modos de ser, pensar e agir. A partir desta análise dos dados do questionário, buscamos compreender como os discursos institucionais atravessam as experiências dos participantes, contribuindo para a construção de identidades e percepções de si. Desse modo, a análise articula dimensões individuais, sociais e institucionais, evidenciando o caráter relacional dos processos de subjetivação no contexto escolar.

Ao analisarmos a questão de nº 23 do questionário, obtivemos que 72% dos estudantes se sentem parte da escola enquanto 28% dos entrevistados não se sentem. Dando sequência a análise, identificamos que 26% destes mesmos estudantes se sentem rotulados na instituição escolar. Quanto partimos para questão de nº 25 em que analisa o quanto *este aluno se sentia* escutado(a) pelos professores, uma média de 37% dos estudantes entrevistados revela que sim.

Ao analisarmos se na opinião dos alunos e se as regras influenciam seu comportamento fora da escola, obtivemos um dado instigante, de que cerca de 58,9% dos alunos afirmam percepção positiva das regras escolares como promotoras de comportamento adequado fora da escola, o que sugere que uma maioria reconhece a influência das normas escolares no seu comportamento. As escolas desempenham um papel importante no processo de socialização dos jovens; é onde aprendem a regular a sua própria conduta, a respeitar os outros, a gerir o seu tempo de forma responsável e assim, tornarem-se cidadãos responsáveis (Fekadu, 2019).

Na questão de nº 26 – Questionamos se a escola incentiva a autonomia e o pensamento crítico e os mesmos deveriam responder em uma escala de 0 a 5, apenas 11% dos entrevistados atribuíram nota máxima, desse modo, 52% dos estudantes participantes atribuíram nota abaixo de 3. Isso pode ser revelado pelo fato muitas escolas ainda privilegiarem metodologias centradas na apenas na transmissão de conteúdos, com aulas expositivas, pouca problematização e respostas previamente definidas. Nesse modelo, o estudante ocupa uma posição predominantemente passiva, o que limita a experiência de autonomia intelectual e a construção do pensamento crítico. Ao serem questionados se *já vivenciaram situações de discriminação no ambiente escolar?* 43,5% revelam quem sim, atribuindo nota 5 para esta questão.

Ao serem questionados se concordam ou discordam que a escola valoriza as diferenças entre os estudantes, 34,8% discordam que a escola valoriza as diferenças entre os estudantes. Os dados corroboram com os índices da pesquisa *Teaching and Learning International Survey* (Talis) em 2018, promovida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ([OCDE](#)) que revelam certa deficiência da institucionalização de valores democráticos na convivência escolar em nosso país. As altas taxas de intimidação e agressão, tanto entre estudantes quanto entre estudantes e educadores, indicam uma naturalização da violência nos conflitos cotidianos e um baixo índice de diálogo e respeito às diferenças.

Na pergunta de nº 30 – Detectamos que 45,6% dos estudantes concordam que a escola contribui para formação como pessoa, não apenas como aluno(a). Embora quase metade dos

alunos reconheça esse papel formativo da escola, a porcentagem sugere que uma parcela significativa ainda não percebe essa dimensão mais ampla da educação. Esse dado pode refletir fatores como a limitação de espaços de escuta e participação estudantil, que restringem o desenvolvimento de autonomia, reflexão e habilidades socioemocionais.

Aplicamos uma única questão aberta do questionário: Questão nº 31- *O que significa ser um “bom aluno” na sua escola?* Os alunos citam por diversas vezes: “ser disciplinado”, “respeitar as regras da escola” , “seguir as orientações dos professores”, “ter interesse nas aulas”, “aluno que não dá problemas” e etc.

Mediante tais afirmativas dos estudantes, a última questão de nº32 interrogava:

- *Discorde/ concorde se você sente necessidade de se adequar a esse modelo?* E os dados são positivos, revelando que 78,6% dos entrevistados concordam que sentem necessidade em se adequarem ao modelo de “bom aluno”.

Pesquisas e estudos sobre cultura escolar, socialização e constituição da subjetividade indicam que a maioria dos estudantes sentem, de forma mais ou menos explícita, a necessidade de se adequar ao modelo de “bom aluno”. Tal fenômeno evidencia como a escola atua na constituição da subjetividade, incentivando comportamentos que alinham os estudantes às exigências institucionais, muitas vezes em detrimento de sua autonomia, criatividade e escolhas individuais. Autores como Bourdieu e Foucault explicam que esse processo reflete mecanismos de poder e socialização, nos quais o aluno internaliza normas e expectativas da instituição, evidenciando a dimensão social e institucional da formação do sujeito.

A subjetividade, assim entendida, expressa a forma complexa e singular em que os indivíduos e os grupos humanos vivem suas vidas, bem como expressa as produções humanas perante as experiências vividas (Rossato, 2023, p. 5).

Conforme Rossato (2023), existe subjetividade individual e subjetividade social, as quais estão profundamente articuladas. Ou seja, pode ser entendida como a capacidade humana das emoções adquirir caráter simbólico, processos e formas de organizações subjetivas. A subjetividade social seria o que caracteriza os espaços, famílias, instituições, comunidade e outros e suas interrelações:

De um modo geral, as formas institucionalizadas de como se organizam os grupos sociais, à exemplo da família, das instituições religiosas, das instituições políticas, da escola, entre outros, expressam normas e formas de como estes estão constituídos em outras organizações da subjetividade social. Esse múltiplo pertencimento se dá por meio dos sentidos subjetivos

produzidos pelas pessoas que os integram simultaneamente (Rossato, 2023, p.6).

As instituições totais, exploradas por Goffman, estão a serviço da produção de subjetividades dóceis e disciplinadas, com aumento da capacidade produtiva sem, no entanto, diminuir sua sujeição (Nascimento, 2022, p. 204).

A autora ainda afirma que a escola funciona como uma engrenagem que, ao passo que atua como formadora de sujeitos, é atravessada pela configuração social que está em constante mudança, percebe-se a seriação de subjetividades economicamente úteis fabricadas para servir aos interesses do capital.

Os modos de ensino-aprendizagem hegemônicos produzem a seriação do conhecimento, a padronização das práticas e o uso da punição para a disciplinarização dos alunos. Com isso, a escola nada cria, mas repete relações de assujeitamento e faz calar a diferença (Nascimento, 2022, p. 205).

Supondo que a subjetividade é sempre produzida, ou seja, ela não está na origem nem é imanente à natureza humana. Mesmo se considerarmos determinados modos de a subjetividade se organizar em relação ao psíquico, esses modos estão relacionados aos padrões identitários e normativos que se constituem em cada época (Prata, 2005, p. 113).

Sendo assim, a subjetividade é variável, é produzida em determinado tempo, nas regras entre professores e alunos e com a mudança das regras, muda também as formas e os processos de sujeição e de subjetivação.

Nessa linha de construção interpretativa, o entendimento estabelecido é que não existe subjetividade individual apartada da subjetividade social, já que ambas são constituídas mútua, contínua e simultaneamente. Daí decorre que sentidos subjetivos são produzidos pelas subjetividades individuais e não apenas compartilhadas na subjetividade social (Carvalho, 2018, p. 47).

Sendo assim, reconhecer o papel da subjetividade social no funcionamento de uma escola é o caminho para a abertura de brechas tanto ao seu tensionamento quanto ao seu fortalecimento, pois ela congrega os conteúdos simbólico-emocionais que sustentam sua manutenção como sistema aberto a outros sistemas sociais que ali se expressam (Rossato, 2023, p. 18).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão deste artigo, a análise dos dados das instituições escolares contemporâneas, à luz da perspectiva foucaultiana, evidencia que os dispositivos disciplinares como controle rigoroso de notas, conceitos, comportamentos, atos de indisciplina, uso de uniformes, formação de filas, disposição das carteiras e classificação de habilidades escolares funcionam como mecanismos centrais de poder dentro do ambiente escolar. Embora muitos estudantes percebam essas práticas como coercitivas, dominadoras e insensíveis às suas subjetividades, essas mesmas estratégias desempenham um papel fundamental na constituição da subjetividade escolar, moldando comportamentos, atitudes e formas de autorregulação.

O fato de mais de um terço dos estudantes se sentirem vigiados, controlados e reprimidos demonstra que os dispositivos disciplinares são eficazes na produção de sujeitos normatizados, que internalizam regras, hierarquias e expectativas institucionais. Sob essa perspectiva, a escola atua como um campo de poder e saber, no qual as relações de dominação e vigilância contribuem para formar sujeitos que compreendem e reproduzem padrões de comportamento e conhecimento valorizados pela instituição.

A pesquisa evidenciou que a maioria dos estudantes sente, de forma mais ou menos explícita, a necessidade de se adequar ao modelo de “bom aluno”. Tal fenômeno evidencia como a escola atua na constituição da subjetividade, incentivando comportamentos que alinham os estudantes às exigências institucionais, muitas vezes em detrimento de sua autonomia, criatividade e escolhas individuais.

Portanto, mesmo percebidas como rigorosas ou insensíveis, as práticas disciplinares funcionam como fatores positivos para a manutenção das relações de poder e para a constituição da subjetividade, ao articular normas, hierarquias e rotinas que orientam a formação dos estudantes como sujeitos escolares.

A lógica disciplinar, conforme discutida por Michel Foucault, tende a apagar as individualidades em prol da normalização, prevalecendo uma padronização das condutas e um foco quase exclusivo na performance, na obediência e na adequação a normas preestabelecidas.

Sendo assim, podemos dizer que as obras de Foucault ainda são válidas para compreender as relações de poder que se estabelecem nessas instituições, pois nos deparamos com os desafios de uma educação baseada em métodos punitivos e disciplinares que afetam a subjetividade dos estudantes, mantendo-os em assujeitamento ou seja, a padronização do

sujeito, que é imposta ao sistema de controle através dos dispositivos disciplinares mediante as normas das instituições escolares.

O discurso organizacional da instituição é um fator importante na construção de identidades e responsável por garantir relações humanas, afetos, desejos e subjetividades libertadoras no ambiente escolar. Portanto, faz-se necessário condutas que promovam valores éticos e políticos aos nossos jovens. A pesquisa revela também que precisamos fortalecer iniciativas que resultem em marcas singulares na formação dos indivíduos, autorreflexão, escuta, autonomia e encorajamento, promovendo uma experiência educativa mais rica e direcionada que provocam subjetividade individual não apenas sociais. O ambiente escolar é um espaço de disputa entre estes saberes e discursos, cabendo ao professor e a equipe pedagógica mediar esses discursos e saberes, promovendo educação crítica, inclusiva e transformadora, que valorize mais as diversidades.

Tal análise evidencia a complexidade da escola como espaço formativo, no qual o poder não se impõe apenas externamente, mas se inscreve nos modos de ser e agir dos alunos, contribuindo para sua conformação como sujeitos escolares.

Os dados analisados evidenciam a presença marcante de mecanismos de controle, vigilância e normatização no cotidiano das instituições escolares investigadas, confirmando, em grande medida, a pertinência da leitura foucaultiana acerca do funcionamento das instituições modernas. À luz das reflexões de Michel Foucault, observa-se que a escola se configura como um espaço atravessado por dispositivos disciplinares que operam tanto de forma explícita quanto internalizada pelos próprios sujeitos.

A naturalização da vigilância considerada necessária ou não incômoda por parcela significativa dos estudantes, revela a internalização do olhar disciplinar, característica central das sociedades disciplinares. Práticas como a formação constante de filas, a organização fixa das carteiras, a existência do “mapa de sala” e a proibição de deslocamentos ou trocas de lugar indicam a centralidade da organização espacial e corporal como estratégia de ordenamento e docilização dos corpos. Tais elementos demonstram que o controle não se restringe ao comportamento, mas estrutura a própria experiência escolar.

No que se refere às avaliações, embora a maioria dos estudantes as reconheça como importantes e coerentes com a aprendizagem, os dados apontam para a permanência de práticas classificatórias e comparativas, com parte dos alunos relatando experiências de rotulação e hierarquização entre “mais” e “menos” habilitados. Isso reforça a função normalizadora da

avaliação escolar, que simultaneamente mede, compara e produz subjetividades ajustadas a determinados padrões de desempenho.

A percepção de controle é amplamente reconhecida pelos estudantes, com expressiva maioria afirmando sentir-se constantemente monitorada em relação à rotina, notas e comportamento. Ainda que parte considere a equipe pedagógica sensível às suas necessidades, os índices relacionados ao sentimento de não escuta, à vivência de discriminação e à percepção de que a escola não valoriza as diferenças revelam tensões importantes. A necessidade relatada de adequação ao modelo de “bom aluno” evidencia a força de um ideal normativo que orienta condutas e regula identidades.

Por outro lado, os dados também mostram nuances que relativizam uma visão exclusivamente coercitiva: a concessão de oportunidades para melhoria de notas e o reconhecimento da importância das avaliações indicam que os estudantes não percebem a instituição apenas como punitiva. Contudo, a predominância de metodologias centradas na transmissão de conteúdos e na passividade discente aponta para limites na construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Concluimos que, as instituições analisadas operam fortemente ancoradas em lógicas disciplinares, nas quais vigilância, organização espacial, avaliação classificatória e controle normativo constituem dispositivos estruturantes do cotidiano escolar. Tais práticas contribuem para a produção de subjetividades ajustadas às normas institucionais, ao mesmo tempo em que revelam a necessidade de problematizar e ressignificar as relações pedagógicas, de modo a favorecer experiências formativas mais dialógicas, inclusivas e emancipatórias.

7 REFERENCIAS

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: Uma Análise do Poder Michel Foucault: Power Analysis. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Artigos • Psicol. Soc.** 24 (spe) • 2012 • <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000400004>.

CARVALHO, Alexandre Filordi e GALLO Silvio D. de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. Universidade Federal de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas. **Mnemosine** Vol.16, nº1, p. 146-160(2020) –Parte Especial -Artigos.DOI: 10.12957/mnemosine.2020.52688

CARVALHO, Alexandre Filordi. Foucault e a potência normativa do saber no campo da educação. **ETD–Educ.Tem. Dig.**, Campinas, v.14,n.1,p.121-140, jan./jun.2012–ISSN 1676-2592.

CARVALHO, Glaucia Melasso Garcia. A direção escolar na constituição da subjetividade social favorecedora da inovação. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32612>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FERRARI, Anderson; DINALI; Wesley. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”. **Educação em Revista** | Belo Horizonte | v.28 | n.02 | p.393-422 | jun. 2012

FEKADU, AA. Avaliando o impacto das regras e regulamentos escolares na percepção dos alunos em relação à promoção do bom comportamento: Escola Secundária Sabian, Dire Dawa, Etiópia. *Stats* **2019**, 2, 202-211. <https://doi.org/10.3390/stats2020015>

FIGUEIREDO, Camila. Foucault e Montessori sobre a disciplina: perspectivas na educação. Enciclopédia pelotas volume 07 p. 27 - 44 verão 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: **Graal**, 1989. Descritor(es):. Filosofia, Ciência. Termo(s) Livre(s):. Ciências sociais.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: **Editora Vozes**, 1997. 288p.

GALLO, S. Repensar a Educação: Foucault. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25420>. Acesso em: 15 mar. 2025.

NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto. A construção de subjetividades no ambiente escolar: relações de poder e contribuições da psicologia. Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO – abril/ 2022/ v.9, n.08

PRATA, Maria Regina dos Santos . A produção da subjetividade e as relações de poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 No 28

ROSSATO, M.; MARTÍNEZ, A. M. Subjetividade social da escola e os desafios à inclusão. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e67/1–22, 2023. DOI: 10.5902/1984686X84710. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/84710>. Acesso em: 1 maio. 2025.

SILVA, Suelén Teixeira, BICCA, Angela Dillmann Nunes. Uniforme escolar: regulando os modos de vestir para a produção de um/a aluno/a “boa pinta”. **Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 3, p. 453-462, set.-dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.27831>.

VASCONCELOS, José Gerardo. Subjetividade e disciplinamento na escola – uma leitura foucaultiana do espaço e do tempo. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 21, n. 37, p. 53-61, 1999.

ANEXO A

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – FAELCH/UFLA
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional Projeto Trilhas do Futuro

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Mestranda: Rafaela Silva Araújo

Orientador : Prof. Dr. Carlos Betlinski

Escola: _____

Por favor, preencha as solicitações abaixo:

Número de professores que trabalham na Unidade Escolar : _____

Número de total de servidores na Unidade Escolar : _____

Número de alunos atendidos na Unidade Escolar:

- ☐ de 100 a 200
- ☐ de 300 a 400
- ☐ de 400 a 500
- ☐ de 500 a 600
- ☐ mais de 600

Faixa etária atendida na Unidade Escolar:

- ☐ de 12 a 17anos
- ☐ de 12 a 15 anos
- ☐ de 15 a 17 anos
- ☐ Acima de 17 anos

QUESTIONÁRIO

Prezado Aluno,

Este questionário é parte do material da pesquisa que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação em Educação , Mestrado Profissional Projeto Trilhas do Futuro, Faculdade De Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras – FAELCH/UFLA – Universidade Federal de Lavras .

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar o perfil dos sujeitos que produzem o cotidiano desta Instituição Educacional. Buscando identificar se há processos de disciplinamento ou subjetivação libertadora. As respostas aqui coletadas serão mantidas em sigilo e subsidiarão a análise na busca em melhor compreender, sob a forma de amostragem, o perfil de liderança dos gestores nas diferentes Instituições Educacionais pesquisadas.

Por isto, é importante que você responda com sinceridade.Tenha como referência esse ano letivo.

Desde já agradecemos a sua contribuição.

Faixa Etária

- ☐ de 12 a 15 anos
- ☐ de 15 a 17 anos
- ☐ acima de 17 anos

Tempo que estuda nesta escola

- ☐ menos de 2 anos
- ☐ de 3 a 5 anos
- ☐ de 5 a 8 anos
- ☐ acima de 8 anos

1. Quando você está na escola , você se sente vigiado/observado pela direção/professores da escola ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

2. Em sua sala todos são da mesma idade ?

1 - Sim	2 - Não
----------------	----------------

3. O uso do uniforme é obrigatório ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

4. Quando você realiza um ato de indisciplina há punições ou advertências através de ocorrências ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

5. Os horários regidos pela escola são cumpridos pelos alunos ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

6. Você percebe que há um controle da equipe pedagógica sobre os alunos e a rotina escolar, com relação a notas, conceito, comportamento e atos de indisciplina ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

7- Você como aluno , recebe muitos elogios de professores ou equipe pedagógica quando vai bem em uma prova ou atividade ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

8- Para sair da sala, pegar merenda ou outras atividades, há formação de filas ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

9- As carteiras ficam sempre dispostas uma a frente da outra em sala de aula?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

10- A equipe pedagógica/ professores e Diretores são sensível as necessidades dos

alunos?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

11- Esta escola/ professores classifica os alunos “mais habilidosos” dos “menos habilidosos” os mais “inteligentes” dos “ menos inteligentes” , separando-os por grau de desempenho escolar .

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

12- Enquanto aluno você acha que esta equipe pedagógica / Professores reprimem ou coagem os alunos?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

13- Você considera que todo o tempo e espaço que vocês estão na escola é controlado pela equipe pedagógica ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

14- Quando há atos de indisciplina, a equipe pedagógica da escola aplica advertência nos estudantes indisciplinados ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

15- O professor é a hierarquia na sala de aula ?

1 - sempre	2 - frequentemente	3 - às vezes	4 - raramente	5- nunca
-------------------	---------------------------	---------------------	----------------------	-----------------

16- -Como você considera o relacionamento da equipe pedagógica da escola com os estudantes?

() dominadora () Liberal () Facilitadora () Tarefaira () Participativa

17- Marque as atividades que são PROIBIDAS serem realizadas no horário de aula :

- () levantar o tempo todo.
- () pedir para ir ao banheiro ou tomar água durante a aula.
- () Olhar para o colega e conversar durante a aula.

- ☐ correr dentro da escola.
- ☐ sentar-se fora do seu lugar do mapa de sala .

18- Enquanto estudante , você considera a equipe gestora de sua instituição:

- ☐ participativa ☐ cordial ☐ agressiva ☐ manipulador ☐ apática

19- Há sistema de monitoramento de câmeras na escola e salas de aulas ?

- ☐ Apenas no pátio ☐ Apenas nas salas de aulas ☐ No pátio e nas salas .

20- Você considera que os métodos de provas/exames na escola são mecanismos importantes?

- ☐ Sim, são elaboradas de forma consciente e condiz com a aprendizagem dos estudantes.
- ☐ Não, são elaboradas sem considerar as nossas especificidades enquanto estudantes.
- ☐ As provas qualificam e classificam os indivíduos e por isso não gosto.
- ☐ As provas servem como punição para nós estudantes e por isso não acho interessante .

21- O que acontece quando um aluno tira nota baixa nas provas/exames ?

- ☐ O aluno sofre sanções dos professores e pais .
- ☐ O aluno é compreendido e tem outras oportunidades de melhorar a nota .
- ☐ O aluno é ridicularizado pelos colegas .
- ☐ ninguém se preocupa com isso, as provas ocorrem apenas para cumprir tabela.

22- Todas as atividades na escola existe um controle/observação por parte dos professores e equipe pedagógica, ex: recreio, ensaios, momentos de atividades de protagonismo juvenil ?

- ☐ Não, as vezes desenvolvemos alguma atividade sem a vigilância da equipe pedagógica .
- ☐ Sim, ocorre de forma exagerada .
- ☐ Essa vigilância ocorre de forma equilibrada, nada que nos incomode .
- ☐ A vigilância é necessária pois se nos deixarem mais livres, a escola pode virar uma desordem.

As perguntas abaixo trazem o critério de 0 a 5, sendo que o 0 significa nenhum/não haver e 5 o nível mais alto da afirmativa.

23- Em uma escala de 0 a 5, o quanto você se sente pertencente à sua escola?

24- Em uma escala de 0 a 5, quanto você já se sentiu rotulado(a) na escola?

25- Em uma escala de 0 a 5, quanto você se sente escutado(a) pelos professores?

26- Em uma escala de 0 a 5, quanto as regras influenciam seu comportamento fora da escola?

27- Em uma escala de 0 a 5, quanto a escola incentiva a autonomia e o pensamento crítico?

28- Responda concordo /discordo: Já vivenciou situações de discriminação no ambiente escolar?

- 29- *Responda concordo / discordo: A escola valoriza as diferenças entre os estudantes?*
- 30- *Responda concordo / discordo: A escola contribui para minha formação como pessoa, não apenas como aluno(a).*
- 31- *O que significa ser um “bom aluno” na sua escola?*
- 32- *Responda concordo / discordo: Você sente necessidade de se adequar a esse modelo?*

Obrigada pela participação nesta pesquisa

ANEXO B

PRODUTO EDUCACIONAL

Guia Metodológico da Oficina de Formação Docente

TÍTULO: “PODER, DIÁLOGO E PRÁTICA PEDAGÓGICA”



PRODUTO EDUCACIONAL

Guia Metodológico da Oficina de Formação Docente

“PODER, DIÁLOGO E PRÁTICA PEDAGÓGICA”

Rafaela Silva Araújo

Lavras

2026

INTRODUÇÃO

O presente Guia Metodológico da Oficina de Formação Docente: “Poder, Diálogo e Prática Pedagógica” foi elaborado com o propósito de fomentar reflexões críticas e colaborativas sobre as relações de poder presentes no cotidiano escolar e suas implicações na construção das práticas pedagógicas. Este guia propõe-se a ser um instrumento de diálogo, partilha de saberes e ressignificação da docência como ato político, ético e transformador.

Os objetivos desta oficina se enquadram na defesa de uma instituição escolar capaz de favorecer o desenvolvimento integral dos da equipe escolar e, por conseguinte, promotora de modelos de sociedade mais democráticos, cooperativos e justos. Além disso, o trabalho com oficina busca incentivar o exercício do pensamento crítico a partir da decodificação da realidade, promovendo mudança de atitudes. Com esses fundamentos, a presente oficina propõe um processo de reflexão em grupo, com vistas a contribuir para a formação consciente e humana dos participantes.

A intenção é criar um espaço formativo em que educadores possam analisar suas próprias práticas à luz das relações entre poder e saber, inspirando-se em perspectivas dialógicas e emancipatórias. Para Michel Foucault, o poder não se reduz a uma estrutura de dominação fixa, mas se manifesta nas relações cotidianas, nos gestos, nas normas e nos modos de produzir e transmitir saber. Assim, compreender o poder no contexto educacional implica reconhecer que toda prática pedagógica é também um exercício de poder — mas, ao mesmo tempo, um espaço de resistência e criação. Partindo do princípio freireano de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão”, o guia convida os participantes a compreenderem a educação como um processo de construção coletiva, no qual a escuta, a problematização e o diálogo se tornam caminhos para o fortalecimento da autonomia docente e discente.

Estruturado em etapas que articulam teoria e prática, o guia apresenta metodologias participativas que favorecem a reflexão crítica sobre o papel do educador, as dinâmicas de poder em sala de aula e as possibilidades de construção de uma prática pedagógica mais democrática, inclusiva e transformadora. Dessa forma, pretende-se contribuir para o desenvolvimento profissional docente, incentivando a reinvenção constante da prática educativa como um ato de diálogo e liberdade.

JUSTIFICATIVA

A escola é palco de múltiplas relações de poder que se manifestam entre professores e alunos, entre gestão e corpo docente e também nas práticas curriculares e pedagógicas. Essas relações podem reproduzir estruturas autoritárias ou se tornar oportunidades de emancipação e diálogo. Reconhecer e refletir criticamente sobre essas dinâmicas pode favorecer ambientes escolares mais democráticos, participativos e menos hierárquicos. A proposta desta oficina envolve teorias de poder (como de Michel Foucault e Paulo Freire) e práticas pedagógicas para transformação da cultura escolar. A partir da pesquisa sobre relações de poder na escola, propõe-se esta oficina de formação docente como um espaço de reflexão e construção coletiva, visando reconhecer, problematizar e ressignificar práticas cotidianas relacionadas ao exercício do poder na educação.

OBJETIVO GERAL

Promover a reflexão crítica sobre as relações de poder no ambiente escolar e favorecer a construção de práticas pedagógicas mais dialógicas, democráticas e emancipadoras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir concepções teóricas de poder a partir de autores como Michel Foucault, Paulo Freire e Hannah Arendt.
- Identificar situações cotidianas da escola em que o poder se manifesta de forma explícita ou sutil.
- Desenvolver estratégias coletivas de atuação docente baseadas no diálogo, na escuta e na participação.
- Fortalecer a autonomia e o protagonismo docente na construção de uma cultura escolar democrática.

PÚBLICO-ALVO

Professores da Educação Básica (preferencialmente do Ensino Fundamental II e Médio), coordenadores pedagógicos e gestores escolares.



CARGA HORÁRIA/FORMATO

- **Carga horária total:** 12 horas
- **Formato:** 3 encontros presenciais de 4 horas



FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação no Brasil é feita de modo fragmentado entre as áreas disciplinares e níveis de ensino, em outros países, as instituições de ensino superior, com uma faculdade ou instituto próprio, formador desses profissionais, há pesquisas e extensão relativos à atividade didática e às reflexões e teorias a ela associadas (Gatti, 2010).

A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil (Gatti, 2010).

Para Gatti (2010), a formação de professores profissionais para a educação básica tem que partir de seu campo de prática e agregar a este os conhecimentos necessários selecionados como valiosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes.

Com isso, conforme identificado por Jorge (2019), não é o excesso de disciplinas ou atividades que adoecem os alunos, mas sim as contradições dadas pela desigualdade social que se expressa nas relações sociais e de opressão (legítimas e sutis). A reprodução social que a escola produz explica melhor o sofrimento dos estudantes: preconceito de classe; gênero, relação de opressão e autoritarismo.

A autora ainda pontua que a saúde mental não é um fenômeno isolado; há determinações históricas e sociais para a saúde mental destes estudantes. Neste sentido, as propostas em contexto escolar devem se dar no sentido da práxis; para compreender a relação entre o particular e o geral; sujeito e sua realidade social e objetiva (Jorge, 2019).



CONCEITO DE PODER NA ESCOLA

Conforme aponta Michel Foucault (1987), o poder não é uma propriedade, mas uma relação que se exerce e se manifesta em múltiplos níveis da vida social. Na escola, ele está presente:

- Na estrutura hierárquica entre direção, coordenação e docentes;
- Na imposição de normas e regras disciplinares aos alunos;
- Nas formas de avaliação e controle do conhecimento;
- Nas interações permeadas por questões de gênero, raça e classe.

Essas dinâmicas, muitas vezes naturalizadas, influenciam a cultura escolar e podem reforçar práticas autoritárias ou excludentes. Ao compreender tais mecanismos, o professor torna-se capaz de problematizar as estruturas de poder e de buscar práticas mais dialógicas e inclusivas.

A formação de professores a respeito das na **relações de poder** escola constitui um passo essencial para o fortalecimento de uma educação crítica e transformadora. Compreender o poder como prática relacional e histórica permite ao docente repensar suas ações e contribuir para uma cultura escolar mais participativa e justa. Assim, investir em formações que abordem o poder sob uma perspectiva **ética**, política e pedagógica é investir na construção de professores autônomos, conscientes e comprometidos com a **democracia** e com a emancipação dos **sujeitos**.

METODOLOGIA E ETAPAS

ENCONTRO 1 – “O PODER QUE HABITA A ESCOLA”

Objetivo: Introduzir o conceito de poder e reconhecer suas manifestações no contexto da escola estadual de ensino médio. Atividades:

- Dinâmica inicial: “Quem detém o poder?” – divisão de papéis (professor, aluno, coordenação, gestão) e dramatização de um cenário escolar comum com conflito de poder.
- Apresentação dialogada dos principais conceitos: poder disciplinar, poder-saber, autoridade versus dominação (Foucault) e opressão/consciência crítica (Freire). Referências:

VALLE, Sara Dell. O Conceito de Poder Disciplinar No Pensamento de Michel Foucault ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 18, n. 3, Dezembro, 2018, 249-258.

CUNHA, Samara Garcia et al. A educação dos hansenianos em goiás: um estudo sobre a opressão e libertação em freire aplicado a escola santa marta (1940-1980) Revista Professare, ISSN: 2238-9172, Caçador, v.10, n. 3, p. e2956-e2956, 2021

- Debate: “Na sua sala ou na escola: onde o poder se manifesta e como?” – em pequenos grupos, os participantes relatam e analisam situações observadas (professor-aluno; gestão-docente; currículo-prática).
- Registro individual no diário de bordo: “Uma situação em que me senti detentor ou alvo de poder na escola” e reflexões iniciais.

ENCONTRO 2 – “ENTRE AUTORIDADE E DIÁLOGO



Objetivo: Refletir sobre práticas pedagógicas, autoridade docente, relações de escuta e envolvimento dos alunos; problematizar o currículo e a gestão como espaços de poder.

Atividades:

- Leitura compartilhada de trecho (exemplo sugerido) de Freire sobre “educação como prática da liberdade” (ex: Pedagogia da Autonomia) ou texto curto de Foucault sobre escola e poder.
- Roda de conversa: “Minha prática docente e as relações de poder com alunos” – sugestão de modelo estruturado para estudo de caso. Professores relatam episódio e o grupo analisa: quem tinha poder? como foi exercido? qual foi o resultado?

MODELO PARA ESTUDO DE CASO

Nome do Professor:		Escola:
Serie de ensino:	Turma:	Ano:
Observações: Identificar como regras, normas, avaliações e práticas pedagógicas moldam o comportamento e a autopercepção dos estudantes.		
1-Relato do caso		
2- Natureza do problema		
3- O problema e o ponto de vista do Professor/Equipe pedagógica da escola		
4- Impacto na relação aluno-escola		
Potencialidades	Dificuldades	

- Análise de casos reais da própria escola ou levantamento coletivo: desenho de três situações-problema ligadas a poder, currículo e práticas.
- Construção de um mapa conceitual coletivo: “Elementos de autoridade, dominação, escuta, participação” – enquadrando os casos levantados.
- Preparação para o encontro 3: cada participante prepara uma proposta de intervenção ou mudança mínima na sua prática ou na gestão para apresentar.

ENCONTRO 3 – “CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA EMANCIPATÓRIA”

Objetivo: Construir coletivamente estratégias para tornar a escola mais participativa, horizontal e dialógica; produzir um plano de ação.

Atividades:

- Dinâmica de escuta ativa: “O que precisamos ouvir uns dos outros na escola?” – em duplas e depois em grupos, professores, coordenação e alunos (se possível) dialogam e registram demandas.
- Apresentação das propostas individuais de intervenção preparadas pelos participantes.
- Trabalho em grupos: elaboração de plano de ação escolar com foco em:
 - Alterações nas práticas de aula que favoreçam participação dos alunos.
 - Revisão do currículo ou práticas pedagógicas favorecendo horizontalidade e escuta.
 - Estruturação de canais de diálogo entre gestão, professores e alunos (ex: assembleias, fóruns de escuta, comissões de participação).

MODELO PLANO DE AÇÃO

Nome do Professor:		Escola:	
Serie de ensino:		Turma:	Ano:
Para transformar a sala de aula em um espaço de criação de subjetividades, é necessário equilibrar estrutura e liberdade , normas e participação, conhecimento e experiência, de forma que os estudantes possam refletir, interagir e agir sobre si mesmos e o mundo , construindo sua identidade, autonomia e protagonismo.			
1- Formas de realizar práticas em sala de aula mais participativas :			
2- Como realizar escuta ativa nas aulas para além do conteúdo pedagógico:			
3- Como fazer da sala aula um espaço de construção e relações horizontais:			
4- Como estimular a reflexão e pensamento critico de nossos alunos e integrar avaliação formativa.			
Dentro de tudo que propomos quais as possíveis potencialidades e dificuldades enfrentaremos para colocar em prática esse plano de ação.			
Potencialidades		Dificuldades	



Produção final: cada grupo elabora e assina uma Carta de Princípios “Poder, Diálogo e Prática Pedagógica”, que poderá ser incorporada ao regimento escolar ou à política interna da escola.



Avaliação da oficina: formulário de autoavaliação + roda de feedback sobre o que mudou e o que se espera mudar.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Textos teóricos selecionados (trechos de Foucault — poder, disciplina, escola; Freire autoritarismo, educação dialógica).
- Projetor multimídia, computador.
- Cartazes, folhas A3, marcadores, post-its, fita adesiva.
- Diário de bordo para cada participante (caderno ou arquivo digital).
- Materiais de apoio: formulários para registro de casos, mapa conceitual e plano de ação (modelo).

AVALIAÇÃO

Formativa e participativa, centrada na reflexão individual e coletiva.



Observação das discussões e dinâmicas.



Registros escritos dos participantes.



Avaliação final (autoavaliação e feedback coletivo).

RESULTADOS ESPERADOS



Ampliação da compreensão dos educadores sobre as múltiplas dimensões do poder na escola. Desenvolvimento de práticas pedagógicas mais democráticas, dialógicas e inclusivas. Fortalecimento da cultura de escuta e participação nas decisões escolares. Produção de materiais reflexivos (diários, manifestos, planos de ação) que possam ser compartilhados com a comunidade escolar.

Materiais de apoio prontos para usar ou adaptar

- 😊 **Formulário de registro de casos:** campos sugeridos – data, local, atores envolvidos (professor/aluno/gestão), descrição da situação, análise: quem exercia poder? como? qual reação? que mudança seria possível?
- 😊 **Mapa conceitual em branco:** cartaz ou arquivo digital com centros como “Autoridade”, “Escuta”, “Dominação”, “Participação”, “Autonomia”.
- 😊 **Plano de ação em formulário:** campos – Objetivo da intervenção, Atores envolvidos, Passos previstos, Recursos necessários, Tempo estimado, Indicadores de sucesso.
- 😊 **Carta de Princípios modelo:**

Nós, participantes da oficina “Poder, Diálogo e Prática Pedagógica”, comprometemo-nos a promover na escola estadual [nome da escola] uma cultura de escuta, participação e autonomia, reconhecendo que as relações de poder entre professores, alunos, gestão e currículo podem ser redesenhadas em direção à democracia escolar. Assinaturas: ...



INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO



Guia para observação do facilitador: critérios como: nível de participação, qualidade dos debates, compartilhamento de casos reais, co-construção de estratégias, motivação para o plano de ação.



Autoavaliação dos participantes: questionário curto com perguntas como “O que mudou na minha percepção sobre poder na escola?”, “Que ações concretas pretendo implementar?”, “Quais dificuldades antevejo?”.



Ficha de feedback da oficina: avalia estrutura, metodologias, recursos, dinamização, relevância para a prática docente/gestão, sugestões de melhoria.

SUGESTÕES DE ACOMPANHAMENTO PÓS-OFICINA

- Realizar **encontro de follow-up** após 3-4 meses para avaliar o andamento dos planos de ação, ajustar estratégias e compartilhar resultados.
- Criar **fóruns de reflexão** envolvendo alunos, professores e gestão para monitorar as práticas de participação e diálogo na escola.
- Implementar **assembleias ou círculos de diálogo escolares** regulares, com participação de diferentes atores (gestão, docentes, estudantes, famílias) para fortalecer a cultura de escuta e poder partilhado.
- Produzir **relatório de práticas** interno à escola, onde sejam registrados os avanços, obstáculos e aprendizagens relacionados às relações de poder e participação.
- Difundir os resultados das intervenções na comunidade escolar por meio de apresentações, mural, newsletter da escola ou dias pedagógicos temáticos sobre “poder e participação”.



REFERÊNCIAS

CUNHA, Samara Garcia et al. A educação dos hansenianos em goiás: um estudo sobre a opressão e libertação em freire aplicado a escola santa marta (1940-1980) **Revista Professare**, ISSN: 2238-9172, Caçador, v.10, n. 3, p. e2956-e2956, 2021 .

GATTI, A. Bernardete . Formação De Professores no Brasil: Características e Problemas **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010 Disponível em : <http://www.cedes.unicamp.br>

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: **Vozes**, 1987.

VALLE, Sara Dell. O Conceito de Poder Disciplinar no Pensamento de Michel Foucault ISSN 1984-3879, **SABERES**, Natal RN, v. 18, n. 3, Dezembro, 2018, 249-258.